



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Antônio Xavier Spengler Filho

“Estão indo às urnas para vingar Getúlio”: A divisão da oligarquia
Ramos e a campanha eleitoral de 1954 a partir dos jornais

Florianópolis

2024

Antônio Xavier Spengler Filho

“Estão indo às urnas para vingar Getúlio”: A divisão da oligarquia
Ramos e a campanha eleitoral de 1954 a partir dos jornais

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado

Florianópolis

2024

Spengler Filho, Antônio Xavier

"Estão indo às urnas para vingar Getúlio" : A divisão da oligarquia Ramos e a campanha eleitoral de 1954 a partir dos jornais / Antônio Xavier Spengler Filho ; orientador, Paulo Pinheiro Machado, 2024.

81 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. História. 2. Eleições de 1954. 3. Oligarquia . 4.
Getúlio Vargas. 5. Família Ramos. I. Machado, Paulo
Pinheiro. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em História. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, às catorze horas, na sala dez do Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor Paulo Pinheiro Machado, Orientador e Presidente, pelo Professor Reinaldo Lohn, Titular da Banca, e pelo Professor Marcelo Coelho Raupp, Suplente, designados pela Portaria nº17/2024/HST/CFH do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Antônio Xavier Spengler Filho**, subordinado ao título: **“Estão indo às urnas para vingar Getúlio”: a divisão da oligarquia Ramos e a campanha eleitoral de 1954 a partir dos jornais”**. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor Paulo Pinheiro Machado a nota final 10, do Professor Reinaldo Lohn a nota final 10 e do Professor Marcelo Coelho Raupp a nota final 10; sendo aprovado com a nota final 10. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital à Coordenadoria do Curso de História até o dia cinco de agosto de dois mil e vinte e quatro. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 29 de julho de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Paulo Pinheiro Machado



Documento assinado digitalmente
Paulo Pinheiro Machado
Data: 29/07/2024 18:24:00-0300
CPF: ***.676.840-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Reinaldo Lohn



Documento assinado digitalmente
REINALDO LINDOLFO LOHN
Data: 30/07/2024 11:03:23-0300
CPF: ***.844.079-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Marcelo Coelho Raupp



Documento assinado digitalmente
MARCELO COELHO RAUPP
Data: 05/08/2024 10:07:19-0300
CPF: ***.611.639-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Candidato Antônio Xavier Spengler Filho



Documento assinado digitalmente
ANTONIO XAVIER SPENGLER FILHO
Data: 30/07/2024 10:51:29-0300
CPF: ***.870.919-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico Antônio Xavier Spengler Filho, matrícula n.º 16201304, entregou a versão final de seu TCC cujo título é **“Estão indo às urnas para vingar Getúlio”**: A divisão da oligarquia Ramos e a campanha eleitoral de 1954 a partir dos jornais, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 30 de julho de 2024.



Documento assinado digitalmente

Paulo Pinheiro Machado

Data: 30/07/2024 17:25:56-0300

CPF: ***.676.840-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado - Orientador

Dedico este trabalho à minha mãe, por todos os desafios e sacrifícios que enfrentou para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Gosto de pensar que o resultado deste trabalho e conseqüentemente a conclusão deste curso em uma universidade pública e de qualidade não é uma conquista individual. Diversas pessoas contribuíram muito para que isso fosse possível e, por isso, sou grato à elas.

Agradeço profundamente à minha família pelo incentivo para ingressar e permanecer na Universidade Federal de Santa Catarina. Em especial à minha mãe, Sandra e às minhas tias Tete, Carmen e Tuti (*in memoriam*), por todo carinho e pelo orgulho que elas sempre nutriram em dizer que o filho/sobrinho “estuda lá em Florianópolis, na Federal”. Da mesma forma, às minhas irmãs Bruna e Cristina pela acolhida e suporte na jornada de vir morar em Florianópolis para ingressar na UFSC e ao Arlenio, meu padrasto, e aos meus cunhados Fabio e Kelli, por todo apoio. Agradeço ao tio Evaristo, por todas as conversas que despertaram-me, desde criança, o interesse por política e história. Amo todos vocês!

À Larissa, por todo amor, afeto e por ter me acompanhando diariamente na imersão que foi o desenvolvimento deste trabalho, ouvindo minhas expectativas, angústias e os mais diversos sentimentos que acompanham a escrita de um TCC. Ter ela ao meu lado fez com que esse processo não fosse solitário, como costuma ser a pesquisa acadêmica.

Aos meus amigos, em especial Guilherme, Jéssica e Rebecca, por estarem presentes nos momentos mais especiais e por receberem constantemente mensagens com parabéns e comemorações sobre a evolução do TCC, desde as dúvidas que envolveram o processo para definir o problema a ser pesquisado.

Aos amigos e colegas de trabalho no mandato do vereador Afrânio Boppré (PSOL): Sérgio Murillo, Stella, Edemiler, Sandro, Hiago, Victor, Claudinha, Amanda, Gilson e ao próprio Afrânio, que dividem comigo muito mais que um local de trabalho, mas sonhos e a contribuição diária para mudar as coisas.

Aos meus professores do Ensino Médio, em especial à Darcila Leonida Lösch, ao Renato Jesuíno e Bento José do Nascimento, que me instigaram o senso crítico e a paixão pelas ciências humanas.

Ao meu orientador, professor Paulo Pinheiro Machado pelo exemplo de sua trajetória acadêmica e docente. E por ter aceitado prontamente o convite para me orientar nesta pesquisa e pela paciência, pelos conselhos, observações e indicações de leitura que fizeram uma ideia um pouco vaga de unir história, oligarquias catarinenses, eleições, pesquisa em jornais e propaganda política virassem um TCC.

Aos membros da banca examinadora deste trabalho, professores Reinaldo Lindolfo Lohn e Marcelo Coelho Raupp, que prontamente aceitaram o convite para avaliar esta pesquisa.

A todos os colegas de graduação, em especial Mateus, Yolanda, Camila e Eder, que tornaram-se verdadeiros amigos da vida, que levarei sempre no coração.

Aos professores e servidores do curso de História e ao conjunto dos trabalhadores da UFSC. Vocês são os responsáveis por fazer com que esta Universidade continue pública, gratuita e de qualidade, sempre se destacando como uma das melhores do Brasil e da América Latina.

Às professoras Carla, Marina, Lara, Silvinha, Lyslei e Nedi, do Colégio de Aplicação da UFSC, onde atuei por dois anos como bolsista, ocupando a função de auxiliar de sala, com enfoque na educação especial. Este período de estágio e a convivência com elas foi tão importante para o meu "fazer-se" professor quanto o curso das disciplinas de licenciatura nesta graduação.

A todos os servidores e pesquisadores da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e da Biblioteca Pública de Santa Catarina envolvidos no projeto da Hemeroteca Digital Catarinense, que possibilitaram o acesso livre, gratuito e digitalizado à maior parte das fontes que compuseram esta pesquisa. Meu agradecimento também aos trabalhadores da Biblioteca Pública de Santa Catarina que me atenderam muito bem nas visitas presenciais que fiz ao Arquivo que lá se encontra. Um agradecimento especial à coordenadora Elen, que autorizou, com todo o cuidado técnico necessário, o manejo das edições de 1954 do Diário da Tarde que estão interditas, aguardando restauro.

Ao Centro Acadêmico Livre de História (CALH), ao DCE Luís Travassos e à União Catarinense dos Estudantes (UCE), entidades que construí ativamente ao longo dos primeiros anos de graduação e foram fundamentais em minha formação acadêmica, política e cidadã.

"A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens." (Le Goff, Jacques, 1990, p.477)

RESUMO

Neste trabalho, se analisa por meio dos jornais “O Estado”, “Diário da Tarde” e “Correio Lageano”, as eleições de 1954 para o Senado Federal realizadas em Santa Catarina. A família Ramos, oligarquia política e latifundiária estabelecida na região serrana, dividiu-se em três candidaturas para disputar duas vagas disponíveis. Primos e aliados, Nereu Ramos, do Partido Social Democrático (PSD) e Saulo Ramos, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), concorreram representando a coligação Aliança Social Trabalhista. Do outro lado, rompido politicamente com a oligarquia, Aristiliano Ramos, primo de Nereu e tio de Saulo, candidatou-se representando a União Democrática Nacional (UDN), agremiação partidária liderada pela oligarquia Konder-Bornhausen, que expressava os interesses dos industriais assentados nas regiões do Vale do Itajaí e Norte de Santa Catarina. No curso deste processo eleitoral, houve o suicídio de Getúlio Vargas, então presidente da República e aliado da família Ramos. A propaganda política no período eleitoral, feita a partir de jornais com circulação estadual, que expressavam as posições partidárias para o grande público, foi fortemente marcada pela instrumentalização da morte de Vargas pelas forças oligárquicas que rivalizavam pelo poder em Santa Catarina desde a Primeira República.

Palavras chave: Família Ramos. Oligarquia. Eleições. Getúlio Vargas.

ABSTRACT

This work proposes to analyze, through the newspapers “O Estado”, “Diário da Tarde” and “Correio Lageano”, the 1954 elections for the Federal Senate held in Santa Catarina. The Ramos family, a political and landowning oligarchy established in the mountainous region, was divided into three candidates to compete for two available vacancies. Cousins and allies, Nereu Ramos, from the Social Democratic Party (PSD), and Saulo Ramos, from the Brazilian Labor Party (PTB), ran representing the Social Labor Alliance coalition. On the other side, politically broken with the oligarchy, Aristiliano Ramos, cousin of Nereu and uncle of Saulo, ran as a candidate representing the National Democratic Union (UDN), a party group led by the Konder-Bornhausen oligarchy, which expressed the interests of settled industrialists in the regions of Vale do Itajaí and North of Santa Catarina. During this electoral process, there was the suicide of Getúlio Vargas, then President of the Republic and ally of the Ramos family. Political propaganda during the electoral period, made from newspapers with statewide circulation that expressed party positions to the general public, was strongly marked by the instrumentalization of Vargas' death by the oligarchic forces that had competed for power in Santa Catarina since the First Republic.

Keywords: Ramos family. Oligarchy. Elections. Getúlio Vargas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Correio Lageano de 9 de janeiro de 1954	51
Figura 2 – Correio Lageano de 7 de março de 1954	54
Figura 3 – O Diário da Tarde de 3 de junho de 1954	55
Figura 4 – O Estado de 4 de junho de 1954	56
Figura 5 – O Estado de 15 de setembro de 1954	60
Figura 6 – O Estado de 19 de set de 1954	62
Figura 7 – Diário da Tarde de 9 de setembro de 1954	63
Figura 8 – Correio Lageano de 30 de setembro de 1954	64
Figura 9 – O Estado de 3 de outubro de 1954	65
Figura 10 – O Estado de 10 de outubro de 1954	67
Figura 11 – O Estado de 15 de outubro de 1954	68
Figura 12 – Diário da Tarde de 17 de novembro de 1954	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resultado eleitoral em Blumenau	66
Tabela 2 - Resultado eleitoral em Lages	68
Tabela 3 - Resultado eleitoral em Florianópolis	69
Tabela 4 - Resultado eleitoral em Santa Catarina	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PRC	Partido Republicano Catarinense
PLC	Partido Liberal Catarinense
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
AST	Aliança Social Trabalhista
UDN	União Democrática Nacional
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PSP	Partido Social Progressista
PL	Partido Libertador
PDC	Partido Democrata Cristão
AIB	Ação Integralista Brasileira
PRP	Partido de Representação Popular
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ARENA	Aliança Renovadora Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. A OLIGARQUIA	24
1.2 DOS CAMPOS DE LAGES AO PODER ESTADUAL	27
1.3 LONGOS ANOS NA OPOSIÇÃO	31
1.4 A “REVOLUÇÃO” DE 30 COMO OPORTUNIDADE	33
2. NO PODER, OS RAMOS SE DIVIDEM	38
2.1 PSD, UDN, PTB E A REDEMOCRATIZAÇÃO	42
2.2 O CONTEXTO POLÍTICO DE 1954	45
3. A ELEIÇÃO DE 1954 PARA O SENADO A PARTIR DOS JORNAIS	48
3.1 O ESTADO, O DIÁRIO DA TARDE E O CORREIO LAGEANO	48
3.2 OS JORNAIS CHAMAM O POVO ÀS URNAS	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	75
FONTES	77

1. INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, vinculada ao campo da História Política renovada, se analisa, a partir de grandes jornais com circulação em Santa Catarina, as eleições de 1954 realizadas para o Senado da República. Este pleito, ocorrido há exatos 70 anos da escrita deste trabalho, foi marcado pelo suicídio de Getúlio Vargas. Este fato contribuiu para que o ex-presidente, mesmo falecido, ocupasse o protagonismo dos temas debatidos no processo eleitoral e das bandeiras de campanha dos candidatos. Estavam em disputa duas vagas, sendo então permitido a cada partido ou coligação o lançamento de duas candidaturas para preenchê-las. A família Ramos, oligarquia política e latifundiária assentada na região serrana de Santa Catarina, dividiu-se em três candidaturas, por três diferentes partidos e coligações. Primos e aliados, Nereu Ramos¹, do Partido Social Democrático (PSD), e Saulo Ramos², do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), concorreram representando a coligação Aliança Social Trabalhista (AST). Do outro lado, rompido politicamente com a oligarquia, Aristiliano Ramos³, primo de Nereu e tio de Saulo, candidatou-se representando a União Democrática Nacional (UDN), agremiação partidária que apresentou também a candidatura de Adolfo Konder⁴, representante direto da oligarquia Konder-Bornhausen, com base eleitoral nas regiões do Vale do Itajaí e Norte de Santa Catarina, que expressava os interesses dos industriais destas regiões.

¹ Nereu de Oliveira Ramos foi advogado. Ocupou os cargos de Deputado Estadual, Deputado Federal, Interventor Federal, Senador da República, presidente da Câmara dos Deputados, Ministro da Justiça, Vice-presidente da República e Presidente da República. Integrou o Partido Republicano Catarinense (PRC), a Reação Republicana, o Partido Liberal Catarinense (PLC) e o Partido Social Democrático (PSD). PIAZZA, Walter F. Dicionário Político Catarinense. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC, 1994. p. 646.

² Saulo Ramos foi médico, fazendeiro e proprietário e diretor do jornal "A Evolução". Quando estudante de Medicina no Rio de Janeiro, engajou-se no movimento de 1930. Ocupou os cargos de Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador da República. Integrou e presidiu o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Santa Catarina. PIAZZA, Walter F. Dicionário Político Catarinense. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC, 1994. p. 648.

³ Aristiliano Ramos foi proprietário do jornal "Região Serrana". Ocupou os cargos de Vereador em Lages, Superintendente Municipal de Lages (prefeito), Deputado Estadual, Deputado Federal e Interventor Federal. Chefiou uma das colunas militares em apoio da "Revolução" de 1930 no território de Santa Catarina. Integrou o Partido Republicano Catarinense (PRC), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD). PIAZZA, Walter F. Dicionário Político Catarinense. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC, 1994. p. 637.

⁴ Adolfo Konder foi advogado, redator do jornal "Novidades" e fundador do jornal "Diário da Tarde". Trabalhou no Ministério das Relações Exteriores e foi Secretário de Estado da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura. Exerceu os mandatos de Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador de Santa Catarina e Senador da República. Integrou o Partido Republicano Catarinense (PRC) e a União Democrática Nacional (UDN). PIAZZA, Walter F. Dicionário Político Catarinense. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC, 1994. p. 358.

Os caminhos do poder político em Santa Catarina historicamente eram decididos via interação entre "família", "partido político" e "empresa" por meio da fusão entre os interesses públicos e privados. Nesta chamada “experiência democrática”, entre 1945 e 1964, estas redes políticas organizam-se sob as legendas PSD e UDN (Raupp, 2010, p.124). Durante o processo eleitoral de 1954, Santa Catarina estava sob a gerência de Irineu Bornhausen (UDN), cunhado de Adolfo Konder, eleito em 1950, reconquistando o governo estadual para esta oligarquia que estava há vinte anos afastada do poder local, desde a “Revolução de 30”⁵, que levou o ex-presidente do Rio Grande do Sul⁶, Getúlio Vargas, à Presidência da República.

Na História e na Ciência Política, diversas pesquisas abordam as disputas entre as famílias Ramos e Konder-Bornhausen pelo controle do poder local em Santa Catarina. A disputa, iniciada na Primeira República, fez com que essas famílias fossem consolidadas como as principais forças políticas em nível estadual (Auras, 1991, p. 101). A partir das práticas oligárquicas, essas "famílias políticas" transformaram-se em máquinas partidárias na disputa pelo poder em Santa Catarina (Lohn, 2022, p. 84). Esse antagonismo perdurou até a Ditadura Militar, quando ambas as famílias pactuaram em um mesmo partido, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), atuando conjuntamente como base de sustentação do regime em Santa Catarina⁷, demonstrando que apenas atuavam em blocos distintos, representando diferentes facções da classe dominante, mas representavam as mesmas ideologias (Moraes, 2012, p. 65). A composição da ARENA em Santa Catarina representou a aglutinação das principais lideranças dos partidos oligárquicos, PSD e UDN. A organização do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ficou a cargo de lideranças egressas do PTB, do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Social Progressista (PSP) (Carreirão, 1988, p.164).

Optamos no presente trabalho por promover o diálogo entre diferentes obras que analisam o jogo oligárquico catarinense, visando aprofundar estes estudos. Nas obras até então publicadas que debruçam-se sobre as eleições e seus desdobramentos ocorridas no período republicano em Santa Catarina, não encontramos trabalhos que se aprofundam

⁵ Optou-se pelo uso de Revolução de 30 entres aspas, em função do longo debate existente na historiografia brasileira e as diferentes interpretações existentes, que não serão aqui aprofundadas. Marcos Napolitano, sintetiza que existem três posições: a primeira, ligada aos intelectuais do PCB de que houve uma “revolução burguesa”, a segunda, defendida por autores como Boris Fausto, de que o movimento de 30 significou um rearranjo político promovido por um “vazio de poder”, e a terceira, mais recente que as outras, defendida por autores como Edgar Decca, que questiona a existência de uma revolução em 30. Ver Napolitano, Marcos. **A roda da história quer girar mais rápido: a crise dos anos 1920**. 2016.

⁶ Cargo equivalente ao de governador.

⁷ Sobre o apoio comum das oligarquias catarinenses ao golpe civil-militar de 1964 e à ditadura, ver MAY, Patrícia Zumblick Santos. **Redes político-empresariais de Santa Catarina: (1961-1970)**, Florianópolis, 1998. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) UFSC, Florianópolis, 1998.

especificamente sobre a eleição do Senado de 1954, que ocorreu no contexto de acirramento de umas maiores crises políticas na história do Brasil Republicano. Neste caso, nos dedicamos a esta eleição não apenas com os olhos voltados para a tradicional polarização entre as oligarquias Konder-Bornhausen e Ramos, mas focando nas disputas travadas no interior de uma destas famílias, o que não figurou na historiografia, até este momento, como objeto central de investigação.

Portanto, visamos compreender o longo processo que causou, em 1954, a divisão da família Ramos em três diferentes candidaturas na eleição para o Senado. Utilizando como fontes os jornais *O Estado* e *Correio Lageano*, ligados ao PSD/PTB e o *Diário da Tarde* ligado à UDN, para observar como ocorreu a campanha eleitoral realizada através das páginas dos periódicos em meio à crise política que resultou no suicídio de Getúlio Vargas. Mesmo à frente do poder no estado, a UDN sofreu uma "derrota moral" ao perder a disputa para o Senado para a AST, que aproveitou-se fartamente da morte do presidente da República, responsabilizando a UDN (Laus, 1985, p.233).

A definição desta temática levou em consideração o interesse despertado desde o início da graduação por leituras, pesquisas e estudos sobre eleições, partidos políticos e democracia. Uma curiosidade pessoal nutrida ao longo da vida também pesou na escolha, tendo em vista que a principal rua de Gaspar, cidade natal, chama-se Coronel Aristiliano Ramos. Essa curiosidade foi alimentada especialmente durante os últimos anos frequentando a Universidade Federal de Santa Catarina, deparando-se, a cada deslocamento para as aulas com ruas, avenidas, praças e monumentos que carregam o nome de membros desta família. Sentimento similar foi despertado ao frequentar o estádio de futebol do clube do coração, o Avaí. Eventos cotidianos que instigam reflexões como “quem foram essas pessoas e o que elas representavam?”, “quem é este Coronel? Em que campanhas militares ele atuou?”, “essas pessoas são todas da mesma família?”, “de onde elas vêm e qual foi o lugar que elas ocuparam na história?”.

A proposta aqui não é conceder mais uma contribuição à história oficial catarinense ou mesmo às diversas produções biográficas sobre os personagens da família Ramos. Presentes atualmente na vida cotidiana dos catarinenses dando nomes a municípios, praças, ruas, escolas, hospitais, edifícios públicos e privados e até mesmo estádios de futebol (Estádio Aderbal Ramos da Silva, a “Ressacada”, em Florianópolis)⁸ representam uma pequena elite

⁸ Municípios em Santa Catarina que homenageiam a oligarquia Ramos: Vidal Ramos, Presidente Nereu, Celso Ramos e Governador Celso Ramos. Ruas Vidal Ramos em Chapecó, Florianópolis, Itajaí, Joinville, Rio do Sul,

econômica e política. Problematizamos, então, esta disputa de forma crítica, bem como os partidos em que se organizaram e os meios utilizados por esta família para consolidar-se no poder.

Nas últimas décadas, muito tem se debatido na historiografia internacional e nacional, a respeito da história política e se ela estaria ou não superada. O nosso ponto de partida é a compreensão de que este campo da história passou por um movimento de "renascimento". Esse movimento foi consolidado, sobretudo, pela obra de René Rémond (1988), historiador francês que publicou "*Por Uma História Política*". No Brasil, o campo da história política renovada é explorado por autoras como Marieta de Moraes Ferreira (1992) e autores como José D'Assunção Barros (2009), que escreveram importantes artigos sobre o retorno do interesse por abordagens vinculadas à história política e as novas possibilidades para a sua escrita.

De acordo com Marieta de Moraes Ferreira (1992, p.265), a fundação da revista de *Annales*, em 1929, na França, forjou uma geração de historiadores críticos à hegemonia que a história política manteve durante todo o século XIX. Motivados pela proposta de que o que a história política - que era elitista, factual, individualista e de curta duração - deveria dar espaço a uma história econômica e social, mais focada em comportamentos coletivos e de longa duração. Finalmente, uma história focada nos tronos e dominações saía de cena e emergia a opção de uma história dos povos e das sociedades.

As realidades do trabalho e da produção, e não mais regimes políticos, deveriam ser objeto da atenção dos historiadores. Enfim, o fundamental era o estudo das estruturas: o importante não é aquilo que é manifesto, aquilo que se vê, mas o que está por trás do manifesto. Tudo o que é manifesto é ao mesmo tempo mais superficial. A história política era a antítese dessa nova proposta, pois estava voltada para os acidentes e as circunstâncias superficiais e negligenciava as articulações dos eventos com as causas mais profundas: era o exemplo típico da história dita: *événementielle* (Ferreira, 1992, p.265).

O processo de declínio da história política deu-se em diferentes fases. A primeira geração dos *Annales*, com historiadores como Marc Bloch e Lucien Febvre, que enfatizavam

São Bento do Sul e Tubarão; Rua Saulo Ramos, Florianópolis; Avenida Mauro Ramos, em Florianópolis; Rua Coronel Aristiliano Ramos, em Gaspar, Lages e Rio do Sul; Praça Celso Ramos, em Florianópolis; 184 ruas, avenidas e praças chamadas Nereu Ramos. Grupo Escolar Vidal Ramos, em Lages; Escola Básica Aderbal Ramos da Silva, em Florianópolis; Escola de Educação Básica Aristiliano Ramos, Hospital Celso Ramos, em Florianópolis; Hospital Nereu Ramos, em Florianópolis. Homenagens listadas estão catalogadas nos verbetes do site Memória Política de Santa Catarina, disponibilizado pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Ver em <https://memoriapolitica.ale.sc.gov.br/>

uma história econômica e dirigiam críticas à “história tradicional”. Preservando, ainda nos seus trabalhos, estudos biográficos e análises políticas. Esse quadro foi aprofundado nos anos 50, com a *École des Hautes Études en Sciences Sociales* e a obra de Braudel, com a teoria dos três níveis, afastando a relevância do político da centralidade do econômico como essencial. A partir dos anos 60, a convergência dos *Annales* com o marxismo e as formulações sobre o papel do Estado, assentou este processo de isolamento da história política (Ferreira, 1992, p.266).

Referenciada pelas teses de René Rémond e no processo chamado por ele de “renascimento da história política”, Ferreira (1992, p.267) destaca que lentamente esse quadro mudou e a “dimensão política dos fatos sociais” recuperou, desta forma, seu espaço na historiografia. Esta retomada estaria influenciada por fatores internos relacionados à pesquisa histórica e por questões externas, motivadas por mudanças na própria sociedade.

Remond ressalta as condições internas que impulsionaram a renovação da história política. As rigorosas críticas que ao longo de décadas foram dirigidas a esse tipo de história acabaram por estimular uma reflexão profunda que suscitou a iniciativa de retomar e redescobrir as grandes contribuições do passado, como as de Charles Seignobos, André Siegfried, George Weil, Jean Jacques Chevalier e Jean Touchard. (Ferreira, 1992, p.267)

Ainda sobre esses fatores internos, ressalta o diálogo entre história e outras áreas de pesquisa como ciência política, sociologia, linguística e psicanálise:

A pluridisciplinaridade possibilitou o uso de novos conceitos e técnicas de investigação, bem como a construção de novas problemáticas. O núcleo inicial desta renovação partiu da *Fondation Nationale de Sciences Politiques* e da Universidade de Paris X - Nanterre, que funcionaram como espaços de integração para especialistas de origens e formações diversas. Entre eles, destacam-se os nomes de René Remond, Serge Berstein, Jean-Pierre Rioux, Philippe Levillain, Michel Winock e Antoine Prost. (Ferreira, 1992, p.267)

Ainda que a pluridisciplinaridade tenha sido importante para renovar a história política, destaca-se a influência que teve a ciência política, oportunizando o atravessamento da história por questões como a participação na vida política, por exemplo. Desta forma, “estudos sobre processo eleitoral, partidos políticos, grupos de pressão, opinião pública, mídia e relações internacionais têm se expandido constantemente” (Ferreira, 1992, p.267).

A respeito das transformações sociais, questões externas que causaram impacto no

retorno do interesse no político para o campo da história, Rémond acentuou o papel do Estado:

As crises constantes que desregularam os mecanismos das economias liberais e levaram o Estado a intervir, ampliando seu raio de ação e dando lugar ao desenvolvimento de políticas públicas, vieram indicar que as relações entre a economia e a política não tinham um sentido único. Se não havia dúvida de que a pressão dos interesses organizados se refletia na implementação das políticas públicas, a recíproca também era verdade: a decisão política podia mudar o curso da economia. O alargamento da competência do Estado foi assim acompanhado da extensão do domínio da ação política. As fronteiras que delimitavam o campo do político ampliaram-se significativamente, incorporando novas dimensões e abrindo espaço para o surgimento de novos objetos de estudo. A ideia de que o político tinha consistência própria e dispunha de uma certa autonomia em relação a outras instâncias da realidade social ganhava credibilidade. (Ferreira, 1992, p.267)

A inclusão de estudos sobre eleições, voto e participação política em geral entre as áreas de interesses tem como efeito a elaboração de pesquisas que abrangem diferentes atores sociais como objeto de análise. Deste modo, a história política afastou-se de uma representação exclusivamente elitista e individualista, podendo ter as massas - neste caso, os eleitores - como protagonistas. Além disso, a condição de poder utilizar registros, certidões, atas e dados partidários e eleitorais como fontes primárias trouxeram como novidade a possibilidade de acesso a vasta documentação para pesquisa no campo da história política. Portanto, para Rémond, a história política encontra-se renovada (Ferreira, 1992, p.268).

A retomada de prestígio da história política teve como expressão a abertura, em 1990, da própria *Annales* - anteriormente crítica, para a nova história política, a partir dos volumes *L'État Et Les Pouvoirs* e *L'État Et Les Conflits*, respectivamente de Jacques Le Goff e Jacques Julliard. Essas obras correspondem a volumes da coleção *Histoire de la France*, sob a direção de André Burguiere e Jacques Revel (Ferreira, 1992, p.268).

Para José D'Assunção Barros (2009, p.148) o retorno do interesse pela História Política nas últimas décadas, tanto no âmbito da historiografia internacional, mas também da nacional, está intrinsecamente relacionado às mudanças e disputas em torno do significado da palavra "poder". Assim, as novas possibilidades de pesquisas não correspondem a mais do que uma "moda historiográfica" e sim a uma mudança estrutural na historiografia deste campo.

Por trás da História Política - de qualquer história política, das antigas às

novas possibilidades - está uma palavra apenas, ou um aspecto, que ocupa o papel de centro de gravidade de todos os fazeres e abordagens históricas que se abrigam sob esta categoria. A palavra “poder” rege os caminhos internos da História Política da mesma maneira que a palavra “cultura” rege os caminhos internos da História Cultural (Barros, 2009, p.149).

Nos trabalhos dos historiadores políticos do século XIX, o “poder” provinha exclusivamente do Estado, de grandes instituições ou, no máximo, das revoluções capazes de “destronar” um rei ou um governo. Essa perspectiva foi superada por uma compreensão mais ampla, que contempla o “poder” em questões como a vida cotidiana:

Poder, no decurso de uma série de novas lutas políticas e sociais que redefiniram radicalmente a sociedade em que vivemos, é aquilo que os homens aprenderam a reconhecer nas mulheres, que as maiorias aprenderam a reconhecer nas minorias, que o mundo da ordem aprendeu a reconhecer na marginalidade, que os adultos aprenderam a reconhecer nos mais jovens. Essa compreensão mais abrangente da noção de “poder” redefine, obviamente, os sentidos para o que se deve entender por História Política. (Barros, 2009, p.149).

Essa ressignificação dos sentidos da palavra poder permite que quaisquer problemáticas que sejam, de alguma forma, permeadas pelas noções de “poder” possam ser foco da história política. Portanto, questões como relações políticas entre diferentes grupos sociais, ideologias, movimentos sociais, micropoderes, símbolos, discursos, entre outras questões ganham atenção na nova história política. Da mesma forma, estas novas possibilidades permitem que antigas temáticas possam ter lugar nas pesquisas da história política renovada a partir de outras óticas (Barros, 2009, p. 150).

[...] aqueles antigos enfoques da História Política tradicional que, apesar de terem sido rejeitados pela historiografia mais moderna a partir dos anos 1930 (Escola dos Annales e novos marxismos), com as últimas décadas do século XX começaram a retornar dotados de um novo sentido. A Guerra, a Diplomacia, as Instituições, ou até mesmo a trajetória política dos indivíduos que ocuparam lugares privilegiados na organização do poder - tudo isto começa a retornar a partir do final do último século com um novo interesse. (Barros, 2009, p. 150).

As duas possibilidades descritas por Barros para se fazer a nova história política apresentam-se neste trabalho. Não pretendemos fazer uma descrição biográfica e factual focada na trajetória política destes indivíduos que ocuparam lugares privilegiados na política

catarinense e até nacional. Temos a compreensão de que estes indivíduos expressavam historicamente os interesses oligárquicos de parcela da classe dominante catarinense. Do mesmo modo, compreendendo que a disputa eleitoral por eles travada em 1954, tendo os periódicos de grande circulação como espaço de propaganda política, traz para a arena da disputa do "poder" outros protagonistas para além dos Ramos: os leitores desses jornais e eleitores de Santa Catarina no período.

O campo da história política catarinense está em constante atualização. Foram pioneiros nesta área os professores Carlos Humberto Corrêa e Walter Piazza, fundadores do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ambos com vastas bibliografias a respeito da história política catarinense. Muito ligados a instituições como Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) e Academia Catarinense de Letras (ACL)⁹, podemos classificar suas obras como parte de uma história política tradicional. Suas contribuições foram e continuam sendo utilizadas como referências, mas também foram atualizadas a partir de novas perspectivas, abordagens e metodologias com pesquisas realizadas nos últimos anos nos programas de pós-graduação em história por autoras e autores que muito iremos dialogar ao longo desta pesquisa, consolidando o campo da história política catarinense¹⁰.

Por fim, cabe nesta introdução destacar a estrutura organizativa pela qual este Trabalho de Conclusão de Curso está organizado. No capítulo "*A Oligarquia*", o conceito de oligarquia é explorado, bem como buscou-se entender a organização da família Ramos enquanto força política na Primeira República, as primeiras passagens pelo governo do estado e pela oposição, além da participação da família na "Revolução" de 1930. No capítulo "*No poder, os Ramos se dividem*", visitaremos o contexto político que promoveu antes o afastamento e, depois, o rompimento entre Aristiliano e Nereu. Sendo eles: O Movimento Constitucionalista de 1932, quando o primeiro se manteve ao lado do Governo Provisório de Getúlio Vargas, enquanto o segundo somou-se aos constitucionalistas de São Paulo e a eleição indireta para o governo estadual em 1935, onde ambos foram candidatos; e o contexto político e eleitoral de organização do PSD, UDN e PTB. Finalmente, no capítulo "*A eleição de 1954*"

⁹ Sobre a historiografia de SC no século XX, seus arquivos e o movimento de renovação iniciado na década de 1990 a partir do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, ver GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor**: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/T.8.2006.tde-30012007-110719.

¹⁰ Sonia Pereira Laus (1985), Marli Auras (1991), Patrícia Zumblick Santos May (1998), Marcelo Coelho Raupp (2010), Marcos Juvencio Moraes (2012), Clayton Hackenhaar (2014), entre outros são alguns dos autores e autoras que podemos citar como exemplo.

para o senado a partir dos jornais", debruçamo-nos sobre a análise das fontes encontradas nos periódicos e a conjuntura histórica e política da eleição para o Senado em 1954, marcada pelo suicídio de Getúlio Vargas, onde os primos enfrentaram-se diretamente nas urnas.

1. A OLIGARQUIA

O advento do regime republicano firmou o exercício do poder em Santa Catarina exclusivo a segmentos de uma elite política sustentada na agroexportação, que foi elevada à classe dirigente. A exclusão das mulheres e analfabetos do direito ao voto popular, somada às dificuldades impostas à participação política das classes populares, estabeleceu este sistema político que nos traz registros de uma pequena quantidade de homens brancos e ricos (Lohn, 87, 2022).

Conforme Marli Auras (1991, p.135), diferentemente dos processos de colonização estabelecidos na maior parte do território de Santa Catarina, a colonização da Serra - berço político da família Ramos - não foi caracterizada por ocupação das terras a partir de pequenas propriedades. As áreas de latifúndio sob domínio da família Ramos eram direcionadas para a criação de gado e não contavam com mão de obra imigrante e assalariada. Utilizavam-se do trabalho dos “peões” sob regime de clientelista e de compadrio com o “coronel”, proprietário das terras. Na região de Lages, por meio da coerção e dominação social sobre pequenos lavradores e criadores de gado, os grandes proprietários expandiram suas propriedades e o domínio político e econômico.

A historiografia, a imprensa e as arenas dos embates políticos popularizaram e consolidaram a utilização do termo "oligarquia" para classificar a atuação política dos Ramos. Para Auras (1991, p.100), as práticas oligárquicas dos Ramos - mas também dos Konder-Bornhausen - alimentava-se do clientelismo, nepotismo, na pressão sobre os funcionários públicos e controle sobre os meios de comunicação. Além disso, a estrutura política oligárquica, de acordo com Lenzi (1977, p. 89-90), sustentava-se na infraestrutura socioeconômica e na superestrutura política, legitimada pela violência, por meio de surras, represálias e intimidações promovidas por capangas atendendo a interesses políticos. Desta forma, acreditamos que se torna necessário apresentar algumas perspectivas a respeito do significado do conceito de oligarquia, sobretudo seu contexto histórico no Brasil. Para isso, buscaremos subsídio em definições propostas por Renato Lessa (2009) e Edgard Carone (1972).

Em verbete produzido para a Fundação Getúlio Vargas, o cientista político Renato Lessa (2009, p. 1) volta-se, primeiramente, aos gregos da antiguidade para buscar a origem do termo oligarquia: forma de domínio ou de governo onde poucos (*oligoi*) exercem comando (*archê*). Neste sentido histórico, “oligarquia” e “oligarca” carregam conotações negativas,

pois são associadas a despotismo e tirania, formas de dominação que se sustentam a partir da apropriação do público por interesses privados. Lessa apresenta ainda que tal conotação negativa para definir oligarquia esteve presente no debate público nacional desde a Primeira República. O processo de consolidação das oligarquias estaduais, porém, não era novidade do período republicano e estava em curso desde o Império. Ocorre que as características hipercentralizadoras do regime monárquico, sobretudo pela existência do Poder Moderador vinculado ao Imperador, concentravam esta oposição.

Se, do ponto de vista formal, tratava-se de um Império unitário, do ponto de vista real vigorava um federalismo de fato: por todo o território se espalhavam sistemas autônomos de poder local ou privado, baseados na propriedade da terra e em vínculos patrimoniais, cuja dinâmica era independente da lógica do sistema político imperial. A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, fez com que o Brasil amanhecesse no dia 16 sem Poder Moderador, isto é sem a figura institucional que operava como um fator denexo diante de um espaço social e geográfico altamente fragmentado. Nessa medida, a primeira década republicana foi marcada por acomodações, quase nunca pacíficas, nos estados brasileiros, no sentido de fixar, em cada um deles, que grupo exerceria o domínio. Tal instabilidade foi, em não pequena medida, estimulada pela Constituição de 1891, que, ao estabelecer o princípio federalista da autonomia dos estados, retirou do poder central, tal como em épocas do Império, a prerrogativa de estabelecer os marcos para a organização nacional. (Lessa, 2009, p. 4).

Para o autor, outra contribuição da Constituição de 1889 para a conformação do condomínio oligárquico foi a combinação da não-existência de um programa nacional de alfabetização à instituição do voto não-obrigatório e restrito a homens adultos e alfabetizados. A ausência de um grande contingente de eleitores facilitou, dessa forma, a concentração em cada estado do país de oligarquias na ocupação do poder (Lessa, 2009, p. 5).

O historiador Edgard Carone (1972, p. 83), ao conceituar o fenômeno das oligarquias na Primeira República no Brasil, defende como primeira característica a permanência no poder, mas também as formas para exercer a manutenção destas estruturas de poder. Assim sendo, no Brasil republicano, a existência da oligarquia está interligada à existência do coronelismo.¹¹ Em suas palavras:

Um oligarca é igual a um coronel, mas, entre eles, a diferença é de escala política. O coronel é o chefe local, o oligarca transpõe o seu poder para o

¹¹ Sobre o coronelismo ver: CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>.

estado. Porém, o conceito de oligarquia acaba estendendo-se, de maneira pouco precisa, para todas as formas de domínio, tanto no plano estadual, como no municipal (Carone, 1972, p. 83).

Para classificar o conceito de oligarquia, Carone define duas categorias de acordo com as realidades estaduais. Na primeira, utilizada para os casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que chama de “estados mais adiantados”, a direção dos Partidos Republicanos assumia papel de moderadora de conflitos (Carone, 1972, p. 83.). Na segunda, utilizada para classificar todos os outros estados, apesar de existir, o partido servia para expressar os interesses particulares das facções estaduais. Neste caso, o controle político por parte das famílias ou grupos era absoluto (Carone, 1972, p. 83.). Resguardando as duas classificações e suas diferenças, ligadas às condições de cada estado, as oligarquias apresentavam características comuns:

[...] formações de grupos mais ou menos impermeáveis; lealdade para com os chefes, companheiros e o partido; em certo grau, culto pela palavra empenhada; domínio sobre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; emprego de familiares e adeptos para melhor controle e segurança; a não-aceitação de neutralidade, obrigando todos a se definirem contra ou a favor (Carone, 1972, p. 83).

Em entrevista realizada em 1979, o ex-governador Aderbal Ramos da Silva¹², sobrinho de Nereu Ramos, questiona a classificação de oligarquia atribuída à família Ramos. A entrevista foi conduzida por Selço de Mattos, representando o Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina, na época coordenado pelo professor Carlos Humberto Pereira.

É. Falam muito em oligarquia, não existe oligarquia. Oligarquia é se fizesse... oligarquia é porque nós temos formação política. Todo país tem isso, o cidadão... o meu avô governou duas vezes né, duas vezes no Estado. [...] Então nossa família, sem falsa modéstia, agora seja talvez até um pouco de... a minha família os... deve ter governado de oitenta e nove (1889) pra cá... de novecentos... de mil e novecentos pra cá oito anos do meu avô, dez anos do Nereu são dezoito, quase quatro meu são vinte e dois, mais quatro do Celso são vinte e seis né? [...] O primo do Nereu (Aristiliano) também governou quase dois anos, então são quase vinte e oito anos de Governo. E isso... isso pra ti... para os moços como quando eu assumi eu tinha uma grandíssima

¹² Aderbal Ramos da Silva foi advogado e empresário, dirigiu o jornal “A República”, órgão do Partido Liberal Catarinense (PLC) e foi proprietário do jornal “O Estado”. Ocupou os cargos de deputado estadual, deputado federal e governador. Integrou o PLC, e o PSD. PIAZZA, Walter F. Dicionário Político Catarinense. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC, 1994. p. 714.

responsabilidade porque eu tinha um... o Nereu Governador e o velho Vidal Ramos né que governou duas vezes o Estado (Ramos, 1979, p. 22).

Como percebemos com a citação acima, um dos últimos membros da família Ramos a ocupar mandatos eletivos expressou posição de incômodo diante da classificação de oligarquia atribuída historicamente para a família, o que reforça o sentido negativo atribuído ao conceito. Além dos mandatos no governo do estado por ele citados, vale ressaltar que membros da família Ramos exerceram, muitas vezes de forma simultânea, mandatos de vereador, prefeito, deputado estadual, federal, senador, além de postos no judiciário e órgãos de controle. Além disso, apoiaram a eleição de afilhados políticos que não possuíam relação de parentesco, porém expressavam os interesses desta oligarquia política.

1.2 DOS CAMPOS DE LAGES AO PODER ESTADUAL

A região da Serra de Santa Catarina, desde o início de seu povoamento até as décadas de 1950 e 1960, (quando o comércio e a indústria passaram a prosperar) teve o seu desenvolvimento econômico fortemente marcado pela pecuária, agricultura e exploração madeireira por meio de grandes latifúndios. As fazendas caracterizavam-se, segundo Lenzi (1977, p.90), como grandes centros de interação humana e os distritos do Município de Lages se formaram a partir destas grandes propriedades.

Assim é que se foram criando os distritos, como os denominados Índios, Painei, Palmeira, Bocaina do Sul, Capão Alto, Campo Belo do Sul, Anita Garibaldi, Carú, Cerro Negro e Corrêia Pinto. Em cada um deles o sistema oligárquico ou coronelista tinha seus representantes, os chefes políticos e os cabos eleitorais, que ativavam as populações no atendimento clientelístico, visando as campanhas políticas para as eleições (Lenzi, 1977, p.90).

Estabelecida em Lages a partir da Fazenda Guarda Mor, fundada por Laureano José Ramos, a família Ramos interveio fortemente nos rumos da política municipal em Lages a partir de 1850, com o engajamento de Vidal José de Oliveira Ramos (Sênior), filho de Laureano. Pertenciam também à família as fazendas Santa Tereza, São João e Morrinhos (Lenzi, 1977, p.91-92). Em 1868, Vidal José de Oliveira Ramos (Sênior) recebeu do Império o título de Tenente Coronel Comandante do Grupo de Cavalaria nº 4 da Guarda Nacional, da Província de Santa Catarina. Na República, o prestígio da família perante o Estado Brasileiro

se manteve. Fato que demonstra isso é a nomeação do Tenente Coronel Vidal José de Oliveira Ramos para o posto de Coronel Comandante da 6^o Brigada de Infantaria da Guarda Nacional da Comarca de Lages, em 1894, por decreto do então presidente Prudente de Moraes. Entre os filhos de Vidal Ramos Sênior, dois seguiram carreira política: Vidal Ramos¹³ e Belisário Ramos, que são, respectivamente, pai de Nereu Ramos e Aristiliano Ramos. O domínio da oligarquia sobre a política de Lages consolidou-se em 1889, com Vidal Ramos assumindo a prefeitura do município, sendo sucedido em 1902 pelo irmão, Belisário Ramos. Egressos do antigo Partido Conservador, no Império, os Ramos migraram, na República, para o Partido Republicano (Lenzi, 1977, p.93).

Nos últimos anos do Império, três partidos políticos estavam organizados, com maior influência, em Santa Catarina: os Liberais, que eram governo; os Conservadores, fora do poder, e os Republicanos, que expressavam uma minoria. Com a ascensão dos republicanos em nível nacional e a posse de Deodoro da Fonseca como presidente da República, os Republicanos tomaram o poder em Santa Catarina. Dada a pequena expressão no estado, os Republicanos recorreram ao apoio das antigas oligarquias, formando uma junta eleitoral ao lado de militares e conservadores. Por indicação de Benjamin Constant e nomeação do presidente da República, em 2 de dezembro de 1889, a junta eleitoral cedeu o governo de Santa Catarina a Lauro Muller¹⁴ (Moraes, 2012, p. 41-44).

Na Primeira República, a elite política em Santa Catarina organizou-se por meio de um partido único: Partido Republicano Catarinense (PRC). O PRC congregava desde lideranças políticas oriundas da classe média urbana, funcionários públicos, comerciantes, pequenos proprietários industriais e os grandes proprietários rurais, como os Ramos. O partido separava-se internamente em duas principais correntes: a de Lauro Müller e a de Hercílio Luz¹⁵. O primeiro, com grande articulação nacional e ligado aos representantes da

¹³ Vidal José de Oliveira Ramos Júnior foi pai de Nereu Ramos e Celso Ramos. Deputado Provincial no Império Na República, Conselheiro Municipal (vereador) em Lages, Superintendente Municipal de Lages (prefeito), Deputado Estadual, Vice-Governador em Santa Catarina, Governador, Deputado Federal e Senador. Integrou o Partido Conservador e o Partido Republicano Catarinense (PRC). Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. PIAZZA, Walter F. Dicionário Político Catarinense. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC, 1994. p. 649.

¹⁴ Lauro Severiano Muller foi engenheiro e militar, ocupando as patentes de Tenente, Major, Coronel, General de Brigada e General de Divisão. Pertenceu à Academia Brasileira de Letras. Primeiro governador de Santa Catarina na República, foi também deputado estadual, deputado federal, Senador e Ministro de Viação e Obras Públicas do Governo Federal. PIAZZA, Walter F. Dicionário Político Catarinense. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC, 1994. p. 477.

¹⁵ Hercílio Pedro da Luz foi engenheiro. Ocupou os cargos de Conselheiro Municipal (vereador) em Desterro, Governador de Santa Catarina, deputado federal e Senador da República. PIAZZA, Walter F. Dicionário Político Catarinense. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC, 1994. p. 414.

pecuária e grande lavoura, o segundo, com maior domínio sobre o partido a nível estadual e ligado aos representantes da indústria, comércio e pequena lavoura (Hackenhaar, 2014, p. 45).

Hercílio Luz, que liderou o movimento republicano em reação aos conflitos estabelecidos com os Federalistas, assumiu o governo de Santa Catarina, em 1894, representando o PRC, sendo o primeiro republicano eleito pelo voto.

Foi durante sua carreira política defensor da economia industrial, visando, nesse setor, ao progresso de Santa Catarina, deixando em segundo plano as áreas rurais. As aparentes preocupações do Governador se voltavam para a economia do estado, extremamente precária, baseada na produção açoriana de farinha de mandioca, uma das principais exportações de Santa Catarina, até o momento. Este produto, por ser de baixa qualidade, perdia espaço nas vendas do estado, que buscava outras alternativas para o crescimento econômico. Era o momento propício para Hercílio Luz retribuir os votos depositados nele nas eleições em que se elegeu. (Moraes, 2012, p. 47)

Visando desenvolver as atividades econômicas industriais das regiões do Vale do Itajaí e Norte de Santa Catarina, Hercílio Luz buscou reestruturar a política tributária de Santa Catarina, com proposta para equivaler a cobrança de impostos sobre as grandes propriedades de terras e industriais. O projeto foi derrotado e contou com a oposição dos ruralistas, que continuaram a pagar menos impostos, iniciando as disputas políticas e econômicas entre latifundiários e industriais (Moraes, 2012, p. 47).

Derrotada a tentativa de reforma na política tributária de Santa Catarina, Lauro Müller consolidou-se na disputa com Hercílio Luz pela liderança entre os republicanos de Santa Catarina. Além de assumir a presidência do PRC, Müller passa a nomear os candidatos do partido (Moraes, 2012, p. 51). Neste contexto, Vidal Ramos ganha prestígio, ampliando para nível estadual o poder político da oligarquia de Lages (Lohn, 2022, 87). A aproximação e fidelidade dos Ramos a Lauro Müller garantiu a ascensão de Vidal Ramos ao cargo de vice-governador para o mandato de 1902-1906, sendo Müller o escolhido como governador. Com a renúncia de Lauro Müller ao governo para ocupar o Ministério da Viação, ainda em 1902, a família Ramos chega ao governo de Santa Catarina pela primeira vez (Moraes, 2012, p.51).

Em suas passagens pelo governo do estado, entre 1902-1906 e 1910-1914, Vidal Ramos assumiu a defesa de um projeto nacionalista, estratégia que marca a atuação política da família inclusive nos futuros embates e disputas políticas que extrapolam a Primeira República (Lohn, 2022, 87). Conforme Marcos Juvencio Moraes (2012, p. 51-53), o programa

nacionalista de Vidal Ramos fora marcado pela proposta de nacionalização do ensino escolar. Neste projeto, destaca-se a criação, no primeiro mandato, do Colégio Catarinense, em Florianópolis. No segundo mandato, o projeto de nacionalização de ensino avança para outras regiões, com a abertura de escolas públicas.

Entendemos que as áreas que o projeto visava a nacionalizar, ao que tudo indica, eram as de imigração, as áreas de base política dos adversários. Com as medidas governamentais da primeira nacionalização, se enfraquecia a cultura alemã no ambiente escolar, mas ainda não restringia o uso da língua estrangeira fora da escola, o que vai acontecer com a segunda nacionalização do ensino, no Governo de Nereu Ramos, filho de Vidal Ramos. Não seria mera coincidência pensarmos que os dois projetos de nacionalização, apesar de diferentes, mas com objetivos em comum, vieram de uma mesma oligarquia (agrário/nacionalista), de um mesmo grupo político (Moraes, 2012, p. 54).

Fundado no governo de Hercílio Luz para encarregar-se "da construção da história do estado", a partir do ponto de vista dos homens que governavam, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina ganhou caráter ainda mais político no primeiro governo da família Ramos. Nesta primeira fase do Instituto, as publicações exaltavam a brasilidade e tradições dos luso-brasileiros e, mais tarde, dos açorianos. (Moraes, 2012, p. 58). Também, no governo de Vidal Ramos é que se intensifica a repressão com o uso das forças de segurança contra as "Cidades Santas", visando desarticular o movimento estabelecido na região do Contestado¹⁶. A truculência contra os camponeses liderados pelo Monge José Maria tinha o apoio dos grandes fazendeiros de Lages, Campos Novos e Curitibanos, tendo como consequência a eclosão da Guerra do Contestado (Meirinho, 1997, p.131). Enquanto Vidal Ramos utilizava-se do aparato do Estado para reprimir os sertanejos, o ainda jovem Nereu Ramos, filho do governador, representava os interesses da Brazil Lumber Company, atuando como advogado da empresa (Machado, 2023, p.384).

A desarmonia no interior do PRC, dividido em dois grupos, perdurou por longo período, culminando com a cisão da família Ramos com o partido, para fundar a sua própria agremiação, o Partido Liberal Catarinense (PLC), como aprofundaremos a seguir.

¹⁶ No período, Nereu Ramos atuava como oficial de gabinete do governo de seu pai, Vidal Ramos e, ao mesmo tempo, como advogado da *Lumber Company*, madeireira estabelecida pelo grupo *Brazil Railway*, também responsável pela construção da ferrovia na região do Contestado.

1.3 LONGOS ANOS NA OPOSIÇÃO

Em 1918, Hercílio Luz retoma o controle do Partido Republicano Catarinense (PRC) e do governo estadual, onde encontra diferentes condições de desenvolvimento urbano. Neste novo governo, Hercílio Luz prossegue, com pulso firme, em sua decisão de rever a política tributária de Santa Catarina, que no passado causou indisposição com as oligarquias latifundiárias e perda de apoio político (Moraes, 2012, p. 56).

A historiografia catarinense mais tradicional, representada por Carlos Humberto Pereira (1984), atribui o rompimento da oligarquia Ramos com o Partido Republicano, em 1920, e a guinada de Vidal, Nereu e Aristiliano para a oposição aberta à Hercílio Luz e ao PRC, ao veto deste à candidatura de Nereu Ramos para deputado federal. Marli Auras (1991) e Clayton Hackenhaar (2014) apresentaram alternativas à essa tese. Estes autores aprofundaram-se em encontrar explicações para este rompimento, concluindo que ele está mais relacionado à reforma tributária e não apenas ao veto à candidatura.

Clayton Hackenhaar (2014, p. 47) argumenta que em 1918, Hercílio Luz instituiu a sua nova reforma tributária elaborada com a participação de Marcos Konder¹⁷. A nova regra diminuiu o imposto sobre a exportação dos produtos da pequena agricultura e das indústrias e ampliou a taxaço sobre as fortunas territoriais, prejudicando diretamente os pecuaristas da região serrana, incluindo a família Ramos. Marli Auras (1991, p.104) constatou que até esta revisão da política tributária, metade da arrecadação fiscal de Santa Catarina dependia da exportação de produtos oriundos do trabalho nas lavouras. Durante o século XIX, a arrecadação via exportação dependia majoritariamente de um único produto: a farinha de mandioca, cultivada e produzida por açorianos. A reforma aprovada no primeiro mês do segundo governo de Hercílio Luz, sob a Lei 1.231 de 1918, instituiu o imposto sobre a "fortuna territorial", além de reduzir em 50% a taxaço de produtos básicos oriundos da pequena lavoura, cultivados majoritariamente nas áreas de colonização teuto-brasileiras. Com a nova política tributária, o imposto territorial tornou-se a segunda principal fonte de arrecadação, de forma significativa, prevista no orçamento público de Santa Catarina (Auras, 1991, p.112-114).

¹⁷ Marcos Konder foi industrial, diretor da Usina de Açúcar Adelaide, gerente da casa comercial da família Konder e fundador do jornal "Novidades". Ocupou os cargos de Vereador em Itajaí, Superintendente Municipal de Itajaí (prefeito) e deputado estadual. Integrou a Academia Catarinense de Letras e foi filiado ao PRC e à UDN. PIAZZA, Walter F. Dicionário Político Catarinense. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC, 1994. p. 359.

Não é descartado por Hackenhaar (2014, p. 48-49) que outros fatores possam ter gerado cisões internas no PRC, a exemplo da aproximação de setores republicanos com antigos adversários federalistas¹⁸. O autor, no entanto, considera como fator determinante para a cisão da família Ramos com a agremiação as disputas relacionadas a política de tributação e os seus impactos para os grupos econômicos.

Vidal Ramos, acompanhado de seu filho Nereu Ramos e do sobrinho Aristiliano Ramos, organizam, num primeiro momento, a Reação Republicana¹⁹ em Santa Catarina, culminando, em 1927, na fundação do Partido Liberal Catarinense (Hackenhaar, 2014, p. 47).

Nesta nova configuração política, a família Ramos, a partir do PLC²⁰, sucede a liderança do grupo político de Lauro Muller, permanecendo por longos anos na oposição estadual, até a oportunidade da “Revolução de 1930”. A família Konder passa a dirigir o PRC, como herdeiros políticos do grupo de Hercílio Luz, além de predominar a ocupação e gerência dos principais cargos políticos até 1930. Na década de 1920, a oligarquia Konder controlou, simultaneamente, o governo de Santa Catarina, com Adolfo Konder; a prefeitura de Itajaí e a liderança bancada do PRC na Assembleia Legislativa, com Marcos Konder; além do poderoso Ministério da Viação do Governo Federal, com Vítor Konder²¹. Deste modo, a polarização existente desde os primeiros anos da República segue a partir das oligarquias Ramos e Konder (Hackenhaar, 2014, p. 47).

Neste sentido, Reinaldo Lindolfo Lohn observa:

As práticas oligárquicas de um lado e de outro lado consolidaram-se em máquinas partidárias e expressaram-se em “famílias políticas” que controlaram nas décadas subsequentes as redes de poder em Santa Catarina (Lohn, 2022, p. 84).

Portanto, o que estava em jogo na luta entre estas oligarquias era muito mais do que um cargo político de deputado federal, senador ou governador. Eram projetos distintos para o desenvolvimento econômico do estado de Santa Catarina. Expressões de facções capitalistas

¹⁸ Em 1902, os Federalistas anistiados pelo Governo Federal em 1895 foram incorporados ao PRC (Meirinho, 1997, p.119).

¹⁹ Movimento composto por lideranças e partidos regionais em apoio à candidatura presidencial de Nilo Peçanha, em 1922.

²⁰ O Partido Liberal Catarinense, fundado por Ramos, se alinhava no âmbito nacional ao Partido Democrático Nacional e do Partido Libertador do Rio Grande do Sul (Moraes, 2012, p. 56).

²¹ Vítor Konder foi advogado, redator do jornal “Novidades” e membro da Academia Catarinense de Letras. Foi presidente do Conselho Municipal (Câmara de Vereadores) de Blumenau, Secretário de Estado de Negócios da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura. Foi deputado estadual e Ministro de Estado de Viação e Obras Públicas, no governo de Washington Luís. Exilado após a “Revolução de 1930”. Integrou o PRC. PIAZZA, Walter F. Dicionário Político Catarinense. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC, 1994. p. 360.

adversárias que controlavam diferentes meios de produção e visavam desenvolver o Estado de modo que os lucros de suas famílias e aliados fosse expandido. O projeto vencedor poderia determinar não só o sobrenome que governava Santa Catarina, mas a sua história e economia.

Não é possível determinar, como analisamos ao longo deste trabalho, que um único grupo venceu. Essa polarização política instaurada desde o início da Primeira República perdurou com a alternância no poder entre as oligarquias até o início dos anos 1970, com a desarticulação política da família Ramos e a união das duas facções e de seus partidos em apoio à Ditadura Militar. Assim como os Ramos utilizaram-se da Ditadura do Estado Novo e dos mecanismos autoritários dos governos Vargas para consolidar seu poder político em um período, como veremos ainda neste trabalho, a oligarquia Konder-Bornhausen, aproveitou-se da Ditadura Militar instaurada em 1964 para ampliar seus negócios e poder político (Hackenhaar, 2014, p. 48-49).

1.4 A “REVOLUÇÃO” DE 30 COMO OPORTUNIDADE

A década de 1920 foi tumultuada do ponto de vista da história nacional, como apresenta Karla Leonora Dahse Nunes (2012, p.31-32). Foram anos permeados por revoltas sociais e mobilizações de setores organizados da sociedade brasileira: Semana de Arte Moderna, fundação do Partido Comunista do Brasil, Movimento Tenentista e a comemoração do Centenário da Independência e a sucessão presidencial de 1922. Estes conflitos expressavam reivindicações por maior participação política de setores urbanos, descontentamentos entre militares por baixos soldos e a questão da anistia de tenentes exilados.

A conjuntura de efervescência política endossou, entre outros fatores, uma crise intra-oligárquica que estava instalada na Primeira República. Os estados que possuíam menos influência dentro do regime oligárquico brasileiro exigiam mais autonomia e poder político (Nunes, 2012, p.32 apud Ferreira, 1993, p.9-23)²². Os desentendimentos políticos estabelecidos no interior das classes dominantes brasileiras obtiveram, também, impulsos do ponto de vista econômico, influenciados pela crise na economia mundial, em 1929, chamada de Grande Depressão (Nunes, 2012, p.32).

A excitação política da década de 1920 foi atravessada, em 1929, pela convocação de

²² O texto que Karla Leonora Dahse Nunes dialoga, na construção destes apontamentos, é o artigo: A reação republicana e a crise dos anos 20, publicado por Marieta de Moraes Ferreira, em 1993, na Revista Estudos Históricos.

eleição presidencial para deliberar a sucessão de Washington Luís. Júlio Prestes apresentou-se como o candidato apoiado pelo presidente da República e por 17 entre os 20 presidentes estaduais (atuais governadores). Os três estados divergentes, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba lançaram a candidatura de oposição representada pela Aliança Liberal, formando a chapa com: Getúlio Vargas, então presidente do Rio Grande do Sul e João Pessoa, então presidente da Paraíba. A candidatura de Getúlio Vargas, que havia sido Ministro da Fazenda de Washington Luís apresenta-se com discurso que defendia a "alteração da da ordem político-econômica vigente, que não atendia mais os anseios do povo brasileiro". O PRC e o então presidente de Santa Catarina, Adolfo Konder, apesar de sua amizade pessoal com Vargas, apoiou a candidatura de Júlio Prestes. Mesmo sem o apoio de Konder, a candidatura da Aliança Liberal registrou apoio expressivo em Santa Catarina: 10 mil votos. A candidatura situacionista recebeu, no estado, 20 mil votos²³ (Nunes, 2012, p.33-34).

No período de articulações que antecedeu as eleições, houve inúmeras tentativas da Aliança Liberal para obter o apoio de Konder e do Partido Republicano Catarinense²⁴. Ao perceberem que não teriam êxito e que o PRC seguiria a decisão de Washington Luís em apoiar Júlio Prestes, Getúlio Vargas e seus aliados recorreram à oposição estadual organizada em Santa Catarina: o Partido Liberal Catarinense e a família Ramos, representados por Vidal Ramos, Belisário Ramos, Nereu Ramos, Aristiliano Ramos; além de Henrique Rupp Júnior²⁵, outro dissidente do PRC (Nunes, 2012, p.55). Em telegrama²⁶ enviado à Getúlio Vargas em 29 de agosto de 1929, colocando-se como “velho soldado que não faltou à chamada”, Vidal Ramos declara apoio à chapa da Aliança Liberal e afirma estar, por coerência, “ao lado da aliança Rio Grande-Minas desde a primeira hora”. Além disso, Aristiliano Ramos foi a Porto

²³ Para obter os números do resultado da eleição presidencial, Karla Leonora Dahse Nunes recorreu aos jornais da época, tendo em vista que todas as atas das eleições ocorridas em SC até 1935 foram deterioradas em um incêndio que atingiu, em 1956, o antigo prédio do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

²⁴ Em sua pesquisa, Karla Leonora Dahse Nunes teve acesso e utilizou como fonte diversos telegramas entre Adolfo Konder e apoiadores de Vargas, que tentavam convencer o presidente de Santa Catarina a embarcar na Aliança Liberal. Esses documentos encontram-se disponíveis nos arquivos do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas.. Outro fato que registra a relação íntima entre os dois políticos é que Vargas fez parte, em 1928, da comitiva de Adolfo Konder que viajou para as regiões do Oeste e Extremo-oeste, incorporadas a Santa Catarina em 1916, após a Guerra do Contestado. Foi a primeira visita de um governador catarinense a esses territórios.

²⁵ Foi advogado, diretor da Companhia Colonizadora Hanseática em Ibirama, fundador da Faculdade de Direito de Santa Catarina e dos jornais "O Estado" e "A Pátria". Ocupou os cargos de deputado estadual e deputado federal. Organizou, ao lado da família Ramos, a Aliança Liberal em Santa Catarina e dirigiu colunas militares na Revolução de 30". Rompido com o getulismo e com os Ramos, fundou a Legião Republicana e posteriormente integrou, desde a fundação, a UDN. PIAZZA, Walter F. Dicionário Político Catarinense. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC, 1994. p. 691.

²⁶ Nunes enfatiza que telegramas como este, ao que tudo indica, não se pretendiam privados, apenas para acesso do remetente e destinatário. Mas tinham, sim, o interesse de chegar ao público, inclusive por meio dos jornais que ilustravam estas disputas eleitorais.

Alegre negociar com o General Elisiário Paim Filho o apoio da família à Vargas e a indicação de seu tio, Vidal Ramos, para comandar a Aliança Liberal em Santa Catarina. Esta coligação apresentou, para as eleições legislativas, as candidaturas de Nereu Ramos à Câmara Federal e de Henrique Rupp Júnior para o Senado (Nunes, 2012, p.60).

Em que pese as origens oligárquicas dos integrantes da Aliança Liberal, durante a campanha eleitoral de Getúlio Vargas algo "inovador" foi apresentado, diferenciando este movimento das campanhas presidenciais anteriores. A candidatura expressava propostas reformistas, introduzindo em seus comícios discursos que traziam para a arena política temáticas do trabalho, moralidade eleitoral, desenvolvimento industrial, entres outros (Napolitano, 2016, p.89)

As eleições presidenciais, realizadas em março de 1930, conferiram vitória à chapa situacionista. O resultado foi questionado pelos representantes da Aliança Liberal, considerando fraudulenta a vitória de Júlio Prestes. O assassinato de João Pessoa, presidente do estado da Paraíba e candidato à vice-presidente pela Aliança Liberal agravou as denúncias de fraude eleitoral e acirrou os animos para o não reconhecimento do resultado e para o movimento que ocasionaria a tomada do poder (Nunes, 2012, p.35). Em Santa Catarina, os representantes da Aliança Liberal, a família Ramos e Rupp Júnior, também contestam o resultado. Por meio de cartas e telegramas, por vezes publicadas em jornais, acusam os Republicanos de atos de violência contra eleitores e de fraudes em locais de votação. Poucos meses entre a eleição presidencial e a “Revolução”, ocorreu também a eleição para sucessão de Adolfo Konder na presidência de Santa Catarina. Nesta eleição, o PLC não apresentou candidatura. Desta forma, Konder elegeu seu candidato, Fúlvio Aducci, sem oposição oficial nas urnas (Nunes, 2012, p.107-108).

O cenário de turbulência política, expandida com a contextação do resultado eleitoral e com o assassinato de João Pessoa, culminou, em outubro de 1930, no movimento que levou Getúlio Vargas à presidência da República. Conforme Cláudia Viscardi (2012, p.313) a “revolução” teria iniciado antes mesmo de outubro, tendo em vista que os aliancistas sabiam da dificuldade para uma vitória nas urnas e desde março articulavam a possibilidade de tomada de poder por um golpe.

A ideia de recorrer-se à luta armada, caso não se conseguisse uma vitória eleitoral, já se encontrava presente nas estratégias políticas dos grupos oligárquicos de segunda geração, os chamados “tenentes civis”. Em fins de 1929, a ideia parecia aceitável a Antônio Carlos, segundo quem a solução

armada deveria ser utilizada, caso houvesse interferência do Catete sobre o reconhecimento de deputados mineiros. A comprovação de que Vargas também admitia a hipótese revolucionária esteve em contatos pessoais mantidos entre ele e Luís Carlos Prestes, em setembro de 1929. Muito embora o compromisso do líder gaúcho estivesse muito aquém do desejado por Prestes, Vargas fez-lhe uma série de promessas, relativas ao auxílio financeiro para a compra de armas, as quais não cumpriu. No entanto, à revelia do Presidente gaúcho, Oswaldo Aranha havia iniciado a compra de armas (Viscardi, 2012, p.313 apud Lago, 1996, p. 291-294 e 296, 300 e 303).

A articulação deste processo não era restrita aos líderes gaúchos. Eles correspondiam-se com os representantes catarinenses da Aliança Liberal:

Extremamente descontentes com os resultados revelados pelas urnas, porém não apenas com isso, porque é preciso considerar a conjuntura histórico-político-social brasileira leva à organização do movimento que se quer revolucionário, os próceres aliancistas catarinenses acirraram disputas contra o governo do Estado e mantiveram acesa a comunicação e a articulação com os gaúchos, seus aliados. Enquanto o movimento revolucionário não era oficialmente deflagrado por seus líderes, os próceres catarinenses aguardavam ansiosos (Nunes, 2012, p.116)

Sob comando do recém-empossado Fúlvio Aducci²⁷ e da fidelidade deste e de seu grupo político à oligarquia Konder, ao presidente Washington Luís e ao presidente eleito Júlio Prestes, Santa Catarina fica no “caminho” para a revolução. Caminho, neste caso, tem duplo sentido: geográfico e político, por ser obstáculo ou barreira para as tropas que saíram do Rio Grande do Sul rumo à Capital Federal. Mesmo sem capacidade militar para conter as tropas, Aducci impôs resistência com uso da Força Pública Catarinense (atual Polícia Militar), apoiadas por setores da Marinha e Exército fiéis ao Governo Federal (Nunes, 2012, p. 115-116)²⁸.

Nas conclusões de seu livro *“O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite”*, Cláudia Viscardi (2012, p.318) defende que 1930 não representaria uma ruptura com o pacto oligárquico. A “revolução” ocorreu, justamente, para resgatar o “velho pacto” que sustentou a Primeira República. Nesta visão, a reação da Aliança Liberal surgiu para preservar o pacto rompido com o abandono dos paulistas à fórmula de construção de

²⁷ Aducci foi eleito presidente de Santa Catarina em agosto de 1930, tendo tomado posse em 28 de setembro. A “revolução” eclodiu em 04 de outubro (Nunes, 2012, p.115)

²⁸ Para compreensão a respeito dos combates militares que ocorreram entre as “tropas revolucionárias” e as “tropas legalistas” em território catarinense, recomenda-se a leitura na íntegra de “Santa Catarina no Caminho da Revolução de Trinta: Memórias de Combates (1919-1931)”, livro de Karla Leonora Dahse Nunes, publicado como consequência de sua tese de doutorado com o mesmo tema, realizada no programa de pós-graduação em história na UFSC.

consensos entre os estados que, com seus pesos distintos, determinavam as decisões a partir de suas forças políticas e econômicas. Do ponto de vista nacional, a preservação do pacto oligárquico reuniu diferentes setores políticos na Aliança Liberal. Tanto é que a coesão não superou a década de 1930. Oligarcas tradicionais²⁹ visavam manter a estrutura, ameaçada pelos paulistas. Novas lideranças oligárquicas visavam ampliar o pacto existente para incluir setores emergentes no Estado Nacional (Viscardi, 2012, p.319).

A partir do Governo Provisório estabelecido por Getúlio Vargas, as eleições estaduais passaram a ser ignoradas, valendo então as indicações dos interventores federais para os governos estaduais (Moraes, 2012, p.73). Apesar de apoiarem a tomada do governo federal, não foi imediato o retorno dos Ramos ao governo estadual. Os dois primeiros interventores nomeados foram militares gaúchos³⁰. Três anos após a “revolução”, em 1933, Aristiliano Ramos foi nomeado para interventoria federal (Lohn, 2022, p. 98).

O apoio e engajamento da família Ramos com a ascensão de Vargas ao poder teve de imediato, como consequência, o retorno da influência política em Santa Catarina e o restabelecimento de medidas que favoreciam os interesses econômicos desse setor da classe dominante. Desta forma, a “revolução” aparece para os Ramos como oportunidade.

²⁹ Entre os oligarcas tradicionais estavam: Artur Bernardes, Borges de Medeiros, Antônio Carlos e Getúlio Vargas, Eptácio Pessoa e João Pessoa. Entre as novas lideranças oligárquicas que apoiaram a “revolução” estavam: Oswaldo Aranha, João Neves, Lindolfo Collor, Virgílio de Melo Franco e Francisco Campos (Viscardi, 2012, p.320).

³⁰ Apesar de não estarem ainda governando diretamente o Estado, os Ramos participaram da gestão do Interventor federal Assis Brasil, com Cândido Ramos na Secretaria da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura. MORAES, Marcos Juvencio. **As disputas pelo palácio governamental catarinense: as oligarquias, os autoritários e a instrumentalização do nacionalismo**. 2012. p.95. Disponível em: <https://tede2.pucrio.br/tede2/handle/tede/2434>

2. NO PODER, OS RAMOS SE DIVIDEM

Estabelecido no Governo Federal, Getúlio Vargas nomeou aliados como Interventores dos estados. Para Santa Catarina, o escolhido foi General Ptolomeu de Assis Brasil. Um dos primeiros atos do governo estadual sob intervenção do militar gaúcho foi o afastamento de todos os representantes do Partido Republicano Catarinense de cargos públicos. Assis Brasil determinou, também, a diminuição do imposto sobre a terra e o aumento da taxaço sobre o capital industrial, contrariando as reformas de Hercílio Luz. Além disso, em 1931, o Interventor decretou a formação do Município de Rio do Sul, desmembrado de Blumenau, uma das principais bases eleitorais do PRC e da família Konder (Hackenhaar, 2014, p. 52). Já sob intervenção de Aristiliano Ramos, em 1933, ocorreu eleição para a Assembleia Constituinte Federal. Após vitória do PRC, com ampla maioria, nos municípios de Blumenau e Joinville, Aristiliano decretou a criação de Jaraguá do Sul, área antes pertencente a Joinville. Posteriormente, em 1934, ocorreu a divisão de Blumenau nas cidades de Gaspar, Indaial, Timbó e Dalbérgia (Hackenhaar, 2014, p. 52-53).

Ainda em 1931, ocorreram os primeiros rompimentos entre os “revolucionários” da Aliança Liberal em Santa Catarina. Conforme Carlos Humberto Corrêa (1984, p.86-108), Henrique Rupp Junior, em carta enviada para Oswaldo Aranha, comunica sua desfiliação do Partido Liberal Catarinense e a formação da Legião Revolucionária. Essas organizações passaram a disputar o espaço de representantes entre políticos civis do Governo Federal em Santa Catarina. O motivo alegado por Rupp para a cisão foi a concentração de poderes para a família Ramos. Vidal Ramos era o presidente de honra do PLC; Nereu Ramos, presidente do diretório; Aristiliano Ramos, líder da bancada do partido; Candido Ramos, secretário de estado; além de juizes federais e ocupantes de outros cargos públicos. Tanto a Legião Republicana quanto a família Ramos passaram a reivindicar a nomeação de um catarinense, dos seus quadros, para a Interventoria Federal. O impasse foi solucionado por Vargas com a escolha de Aristiliano Ramos para assumir a interventoria a partir de 1933, respaldado por Flores da Cunha Interventor Federal do Rio Grande do Sul, que assegurou a lealdade de Aristiliano Ramos ao Governo Provisório de Vargas (Corrêa, 1984, p.134-135).

Antes ainda da chegada de Aristiliano Ramos no poder, ocorreu o primeiro episódio de divergência política que, para Moraes (2012, p. 86-87), promoveu desgastes no relacionamento político entre Nereu e Aristiliano. Esta primeira cisão foi desencadeada pelo movimento constitucionalista ocorrido em 1932, que questionava a centralização adotada pelo

governo provisório de Getúlio Vargas e reivindicava a elaboração de uma nova constituição. Apesar de ocorrer fortemente em São Paulo, este movimento recebeu apoio de políticos de diversas regiões do Brasil, inclusive de Nereu Ramos. Por outro lado, Aristiliano Ramos, que almejava a nomeação de um catarinense para a Interventoria Federal, manteve-se fiel às ações do governo provisório de Getúlio Vargas.

Em Florianópolis, o movimento constitucionalista não obteve grande adesão popular. No interior de Santa Catarina, foi diferente, lideranças egressas do PRC e afastadas do poder provocaram movimentações. Coube aos interventores a função de organização, nos estados, de tropas militares fieis ao governo provisório (Corrêa, 1984, p.120-121).

Em Lages, Aristiliano Ramos foi incumbido de organizar dois batalhões, com o auxílio do Governo; em Canoinhas e Mafra foram organizados mais dois, além do de Chapecó, de Itajaí e de um batalhão de reserva da Força Pública, perfazendo um total de mil e quinhentos homens, segundo relatório do Interventor (Corrêa, 1984, p.121).

O apoio de Nereu aos paulistas lhe custou a prisão domiciliar em Florianópolis e o afastamento do comando do Partido Liberal Catarinense. Posteriormente, Nereu recebeu a anistia, já sob governo de Aristiliano Ramos, possibilitando seu retorno ao Congresso Nacional, em 1934 (Hackenhaar, 2014, p.54).

Conforme Sonia Pereira Laus (1985, p. 25), as divergências geradas pelo movimento de 1932 no interior da família Ramos não impossibilitaram a ascensão de Nereu Ramos à presidência do Partido Liberal Catarinense, em setembro de 1934. Nesta nova configuração, com Aristiliano ocupando a Interventoria Federal e Nereu Ramos controlando a agremiação partidária em que a família se organizava, teve como consequência, nos anos seguintes, uma agressiva disputa pelo poder estadual, o que dividiu permanentemente a família Ramos.

A indicação de Aristiliano Ramos para a Interventoria Federal expressou uma vitória política do clã dos Ramos, tendo retomado, agora oficialmente o controle do governo do estado após longos anos de isolamento, desde o rompimento com o Partido Republicano de Hercílio Luz e da oligarquia Konder-Bornhausen. Ocorre que mesmo pertencendo à família Ramos e tendo administrado Lages, Aristiliano detinha menos experiência e conhecimento das "artimanhas dos segredos e corredores políticos" do que seus parentes, Nereu e Vidal. Tinha, portanto, o interventor gaúcho Flores da Cunha e o primo Nereu Ramos como principais influenciadores. A escolha de Aristiliano como interventor ocorreu ao mesmo

tempo em que o Governo Provisório de Getúlio Vargas anunciava a realização da Constituinte Federal para o ano seguinte, 1934, e processo eleitoral com a prerrogativa de indicar senadores, deputados constituintes estaduais e federais. Os interventores estaduais seriam, então, substituídos por "governadores constitucionais" eleitos por meio de eleições indiretas nas assembleias legislativas em 1935 (Corrêa, 1984, p.191-192).

Nereu Ramos, tendo o comando do Partido Liberal Catarinense, criou condições para ter apoio entre a maioria da bancada de deputados do partido para apresentar-se oficialmente como o candidato liberal para a eleição indireta. Isolado no partido Liberal, o interventor catarinense recorreu a Getúlio Vargas, que, "inteirando-se da situação, disse não poder atender o pedido de Aristiliano". Sem apoio do próprio partido e do presidente da República, Aristiliano apresentou-se como candidato com apoio da oposição republicana, liderada por Adolfo Konder e os antigos adversários da família Ramos. Nereu Ramos recebeu apoio do Partido Liberal Catarinense, do Partido Social Evolucionista e de dissidentes do Partido Republicano que não aceitaram a coligação com o interventor Aristiliano Ramos. Desta forma, Nereu Ramos formou maioria em relação ao primo e para ser eleito governador pela Assembleia Legislativa (Corrêa, 1984, p. 205-206).

O acordo firmado por Aristiliano com os membros do Partido Republicano para a sua candidatura, envolveu a troca do comando da Força Pública, ligado a Nereu, pelo General Republicano Otávio Valgas Neves, que reintegrou todos os oficiais demitidos da corporação no movimento de 1930. Nereu Ramos e deputados que o apoiavam recolheram-se no 14º Batalhão de Caçadores, em Florianópolis, alegando temores por ameaças às suas vidas e ingressaram com *habeas corpus* no Tribunal Superior Eleitoral, que rapidamente foi atendido, para garantir a segurança e realização da sessão da Assembleia Legislativa que elegeria indiretamente o novo governador. O Exército foi convocado para o "cumprimento da ordem", ocorrendo a sessão cercada por militares. Com a vitória de Nereu sobre Aristiliano neste enfrentamento, não só o Partido Liberal Catarinense passava por uma cisão definitiva, mas também a oligarquia Ramos (Corrêa, 1984, 208-209).

Após a eleição indireta, em um último apelo a Getúlio Vargas, Aristiliano Ramos publicou um memorial em nome de sua dissidência do Partido Liberal Catarinense, do Partido Republicano de Adolfo Konder e da Legião Republicana de Henrique Rupp³¹. Entre os pontos

³¹ Importante destacar que esses os três grupos distintos liderados por: Adolfo Konder, Aristiliano Ramos e Henrique Rupp Jr. protagonizaram, como veremos mais a frente, a organização da União Democrática Nacional (UDN) em Santa Catarina após o Estado Novo.

listados, o manifesto solicitava preenchimento de cargos federais pelos grupos políticos que agora faziam oposição ao governo de Nereu Ramos; o não atendimento pelo governo federal de pedidos e solicitações do novo governo catarinense. Essas solicitações, que não foram atendidas, foram postas como condição para o apoio da oposição catarinense ao Governo Federal e representaram a uma nova configuração de alianças e rivalidades entre as forças políticas de Santa Catarina (Corrêa, 1984, 216).

Tendo derrotado Aristiliano em 1935, Nereu Ramos estabeleceu uma aliança de apoio e solidariedade mútua com Getúlio Vargas. Este apoio, inclusive, foi expressado em reunião entre Vargas e os interventores realizada em janeiro de 1937, em Poços de Caldas (MG), quando Nereu Ramos endossou os planos de fechamento de regime apresentados pelo então presidente (Hackenhaar, 2014, p.54 apud Mendes, 1992, p.94). Este apoio garantiu a manutenção de Nereu Ramos no poder estadual após 1937, permanecendo neste cargo durante todo o Estado Novo (Hackenhaar, 2014, p.54).

Conforme Hackenhaar (2014, p.75), as relações estabelecidas entre o Governo Federal e setores das oligarquias dos estados afastam as posições de parcelas da historiografia mais tradicional que atribuem ao movimento de 1930 a implementação de um Estado centralizador, que teria retirado poder das oligarquias estaduais. Neste sentido:

Essa relação entre o presidente e os interventores estaduais não foi impositiva, mas marcada por arranjos e conchavos que pretendiam a manutenção das oligarquias regionais, mas também a legitimação do Estado Novo (Hackenhaar, 2014, p.75).

Em Santa Catarina, o Estado Novo configurou-se muito mais que a imposição das vontades de Getúlio Vargas. Foi um momento em que a oligarquia Ramos aproveitou-se do contexto de fechamento de regime e de legislações e decretos federais que visavam a “nacionalização” do país para ampliar seu alcance político, inclusive utilizando-se destas legislações para perseguir adversários políticos. As “ordens e discursos de Getúlio Vargas eram interpretados, modificadas e colocadas em prática conforme os interesses dessa oligarquia” (Hackenhaar, 2014, p.75).

[...] a política de nacionalização do ensino, as intervenções em associações recreativas e culturais ou em estabelecimentos industriais das regiões coloniais de Santa Catarina faziam parte de uma estratégia de Nereu Ramos para dismantelar as bases políticas de seus adversários no estado, principalmente no Vale do Itajaí. O interventor catarinense percebeu que

essas instituições eram usadas principalmente pelas elites políticas e econômicas daquela região para normatizar condutas, inculcar valores, obter o apoio político e o controle sobre seus habitantes. Muitas das pessoas que participavam da administração ou dirigiam determinadas escolas e entidades associativas acumulavam certa influência sobre a população local, que poderia ser convertida em apoio político (Hackenhaar, 2014, p.126).

Com o Estado Novo, Nereu Ramos intensificou, agora amparado por legislações federais, as intervenções em escolas privadas, indústrias, associações culturais e uso de demais mecanismos autoritários de repressão aos seus adversários, algo que já estava realizando desde o ano de 1935. Ou seja, a conjuntura nacional favorecia os objetivos políticos da oligarquia local (Hackenhaar, 2014, p.127).

Neste período, com a oposição afastada e o regime fechado, foi propício para que Nereu Ramos ampliasse e estabelecesse suas relações políticas para todo o estado de Santa Catarina sem encontrar grandes dificuldades. Deste modo, Nereu constituiu-se ainda mais como liderança estadual, superando o imaginário de “coronel serrano” (Raupp, 2010, p.44).

2.1 PSD, UDN, PTB E A REDEMOCRATIZAÇÃO

A organização de partidos políticos permaneceu proibida durante todo o período de ditadura do Estado Novo, o que não significou o fim das disputas e articulações políticas a partir dos grupos oligárquicos oriundos dos antigos partidos da Primeira República.

É neste sentido que durante o regime inaugurado a partir de 1945, de multipartidarismo³², os três maiores partidos nacionais - PSD, UDN e PTB - não surgiram, em Santa Catarina, como grupos ideológicos distintos. Essas agremiações foram organizadas a partir da reprodução das disputas oligárquicas presentes desde a cisão do antigo Partido Republicano Catarinense (Piazza, 1994, p.773). Marcelo Coelho Raupp (2010) aponta que o período da chamada "experiência democrática" congregou em Santa Catarina as tradicionais práticas oligárquicas de domínio político com as mudanças sociais em curso no país com. Nas palavras do autor:

Estas formas de ação e representação políticas associaram-se às transformações ocorridas na sociedade brasileira, que se transformava numa moderna sociedade de massas, através da urbanização e da inserção de

³² “Multipartidarismo” foi utilizado por Yan Carreirão para definir o período entre 1945 e 1964 em contraposição ao período de “bipartidarismo” de 1964 a 1979. CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina, 1945-79**. 1988. 289 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/111881>

parcelas cada vez maiores da população nas disputas políticas, sem, contudo, deixar de reportar-se a mecanismos de poder próprios de uma sociedade que não era tão urbanizada, nem tão "moderna". Assim agiram os tais "pequenos Getúlios" do PSD de Santa Catarina (Raupp, 2010, p.124).

Conforme Yan Carreirão (1988, p. 131), neste período, o sistema partidário em Santa Catarina apresentou alto grau de concentração eleitoral entre os três maiores partidos estabelecidos, expressando inclusive um grau de concentração superior aos demais Estados do Sul e Sudeste do país.

O Partido Social Democrático surgiu alinhado a Getúlio Vargas para abrigar os interventores federais durante o Estado Novo. Portanto, composto pelas facções das oligarquias estaduais que apoiaram Getúlio Vargas. O caráter do partido era conservador e seu eleitorado era predominantemente rural. Organizado a partir das máquinas estaduais, foi o partido mais forte eleitoralmente em nível nacional durante o período de multipartidarismo (Carreirão, 1988, p.33). Em todo tempo que o partido existiu, foi controlado em Santa Catarina pela oligarquia Ramos. Nereu foi presidente estadual da agremiação da sua fundação até o seu falecimento, em 1958. A partir disso Celso Ramos, irmão de Nereu, assumiu a presidência, permanecendo até a dissolução do partido com o AI-2, na Ditadura Militar (Carreirão, 1988, p.45).

A União Democrática Nacional caracterizou-se em nível nacional como uma frente que reunia cinco grupos distintos que faziam oposição à Getúlio Vargas. Entre eles estavam: oligarquias afastadas do poder com o movimento de 1930; aliados de Getúlio que romperam antes de 1937 por sentirem-se traídos ou marginalizados; aliados do Estado Novo que romperam com o poder central ou com os governos locais ainda no curso do regime; políticos liberais ideológicos; além de setores de esquerda, que posteriormente deixaram a UDN (Carreirão, 1988, p.34 apud Benevides, 1981, p. 87). Em Santa Catarina, a formação da UDN não contou com a participação de agrupamentos liberais de cunho ideológico e nem de esquerda. O partido, em nível estadual, foi formado majoritariamente pela oligarquia Konder-Bornhausen, herdeira do PRC, retirada do poder em 1930. Porém, estiveram presentes na formação da UDN catarinense importantes ex-aliados de Getúlio Vargas, de distintos grupos (Carreirão 1988, p.51). Esses grupos foram liderados por Aristiliano Ramos e Henrique Rupp Jr, que, como visto anteriormente, por divergências internas no interior do bloco de poder formado com o movimento de 1930, romperam com Nereu Ramos e Getúlio Vargas.

A oposição a Nereu Ramos, Getúlio Vargas e à ditadura do Estado Novo seria, portanto, o que motivava o enlace da oligarquia Konder e de dissidentes da oligarquia Ramos em um único partido. Nas palavras de Sonia Laus:

Não será outro o fator de união que se verificará já nos princípios do ano de 45 entre os remanescentes dos extintos Partido Republicano Catarinense de Adolfo Konder, do Partido Liberal de Aristiliano Ramos e a Legião Republicana, de Henrique Rupp. Derrubar a ditadura e com ela toda a máquina político administrativa montada no Estado, será o elemento norteador das ações destas facções, nas figuras de seus líderes estaduais, empenhados em reativar suas bases sócio-econômicas a nível municipal e estadual, desarticuladas mas não destruídas pelo Estado Novo, de seus fiéis seguidores e dos novos adeptos que vão arrematando a medida em que o movimento se expande e os insatisfeitos com o sistema político vigente se aglutinam (Laus, 1985, p.52).

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi fundado por Getúlio Vargas, como "um instrumento de mobilização do voto operário" (Carreirão, 1988, p.35 apud Soares, 1081, p.8). Impulsionado a partir da máquina estatal do Ministério do Trabalho e de estruturas sindicais, chegou a ser o segundo do país em termo de representação parlamentar. O próprio partido definia-se como "reformista-populista-trabalhista" (Carreirão, 1988, p.35). No caso da sua seção catarinense, o PTB surge com menos capilaridade organizativa e eleitoral que PSD e UDN. Apesar de ter grande penetração entre os operários, o partido não assumiu desde sua fundação um discurso reformista. Pelo contrário, suas principais lideranças políticas expressavam posições conservadoras. Articulado por Saulo Ramos, sobrinho de Aristiliano e neto de Belisário Ramos, o PTB estadual adota uma linha política reformista após 1958, com a vinda para Santa Catarina de Doltel Andrade, político ligado a João Goulart, para assumir o comando do partido, desalojando Saulo Ramos (Carreirão, 1988, 60-62).

Na fase de multipartidarismo, as eleições majoritárias ocorridas em Santa Catarina foram polarizadas pelas duas grandes oligarquias: Ramos, a partir do PSD, e Konder-Bornhausen, com a UDN. O PTB representava o equilíbrio entre as duas oligarquias, comportando-se como a terceira força, favorecendo o partido ao qual se coligava nas disputas para o Senado e Governo do Estado. Outros pequenos partidos nacionais também possuíam diretórios em Santa Catarina, como como o Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Libertador (PL), Partido Social Progressista (PSP), Partido de Representação Popular (PRP) e formavam a cada eleição coligações com UDN e PSD (Carreirão, 1988, p. 130). O Partido Comunista Brasileiro (PCB), por sua vez, apesar de estar por boa parte deste período sob a

clandestinidade, tinha relativa organização em Florianópolis e Criciúma. Com o PCB³³ na ilegalidade, lideranças comunistas disputaram eleições em Santa Catarina com filiação a outras agremiações, como o PSP, elegendo como vereadores em Florianópolis o marinheiro Genésio Cunha e o electricista Manoel Ribeiro - o seu Mimo e (Carreirão, 1988 p.70 a 76).

Contudo, Yan Carreirão (1988, p.130) conclui que por mais que ocorriam alianças pragmáticas que envolviam os menores partidos e que essas movimentações contribuíssem para alterar o resultado de eleições, a possibilidade de rompimento do domínio oligárquico e do predomínio eleitoral do PSD e UDN em Santa Catarina jamais esteve ameaçada neste período de 1945 a 1964.

2.2 O CONTEXTO POLÍTICO DE 1954

O ano de 1954, com eleições para o Senado da República marcadas para 3 de outubro, era atravessado pelo auge de uma crise política. Para Maria Celina D'Araújo (1992, p.23), a crise política teve início na eleição presidencial de 1950, com a apresentação da candidatura que uniu o populismo varguista e ademarista. Com apoio formal do PTB e PSP, mas atingindo um movimento extrapartidário, obtendo apoio de seções estaduais do PSD “infieis” à candidatura de Cristiano Machado, Getúlio Vargas venceu a eleição presidencial. O retorno do político gaúcho à presidência da República, cinco anos após o fim da ditadura do Estado Novo, favorece também a rearticulação de uma expressiva oposição liderada pela UDN.

Este novo período à frente do Governo Federal, costuma ser dividido em dois diferentes momentos. O primeiro de 1951 a 1953, marcado pela política de conciliação com setores conservadores e com os interesses do capital estrangeiro. O segundo momento, inaugurado pela ascensão do movimento de massas no país em 1953, foi marcado por uma orientação mais trabalhista (D'Araújo, 1992, p.21).

Nas palavras de Maria Celina D'Araújo:

³³ Apesar de não integrar o jogo oligárquico estabelecido entre Ramos (PSD) e Konder-Bornhausen (UDN) como faziam os demais partidos em Santa Catarina, o PCB apoiou indiretamente, em 1947, Irineu Bornhausen (UDN) para o governo do estado contra Aderbal Ramos da Silva (PSD). Sonia Laus, em sua dissertação sobre a UDN catarinense, constatou esta aliança a partir de análise dos resultados eleitorais e de matéria publicada na primeira página do jornal “Tribuna Popular”, órgão do PCB, em 22 de janeiro de 1947. O texto declarava apoio do PCB à candidatura da UDN e tornou público telegrama de Irineu Bornhausen ao Senador Luís Carlos Prestes (PCB), agradecendo pelo apoio. A imprensa pessedista denunciou também o acordo em seus jornais. Ver LAUS, Sônia Pereira. **A UDN em Santa Catarina: 1945-1960.** 1985. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/112126>

Essa "virada" empreendida pelo Governo estaria evidenciada por dois marcos: a reforma ministerial de junho-julho de 1953 e a instrução 70 da Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito), datada de outubro desse mesmo ano, tida como um golpe contra os grupos comerciais em prol da industrialização - o que teria desgostado boa parte dos setores econômicos dominantes. Interpretada como uma guinada para a esquerda, a nova orientação teria despertado a reação direta da classe média e dos grupos econômicos, em aliança com as Forças Armadas, contra o Governo. O conflito intraburguês passa a um plano secundário frente à ameaça do movimento de massas consentido e até mesmo incentivado pelo Ministério do Trabalho (D'Araújo, 1992, p.21)

A vitória eleitoral de Getúlio Vargas em 1950 não se converteu, necessariamente, em uma base sólida de apoio popular ao governo. A situação econômica do país acompanhada de grandes greves lideradas pelo movimento sindical a partir de 1953 em São Paulo e Rio de Janeiro aumentam, por um lado, a desestabilização do governo, mas, por outro, provocam atritos com setores empresariais contrários a concessões do governo para os trabalhadores e setores populares mobilizados. A oposição vê, nas greves, mais do que desgastes ao governo, mas também a possibilidade do estabelecimento pelo presidente de uma aliança com os setores populares insatisfeitos (D'Araújo, 1992, p.32).

O aumento de 100% no salário mínimo, decretado a 1 de maio de 1954, que motiva a publicação do manifesto dos coroneis, vai constituir-se na alegação final para a deposição de João Goulart do Ministério do Trabalho e para a condenação do que seria a política demagógica do Governo em relação aos trabalhadores. Essa política de reajuste salarial, embora possa ser entendida como manobra eleitoreira para angariar prestígio junto aos setores populares, dada a proximidade das eleições estaduais e federais, pode ser interpretada também como o canto de cisne da política trabalhista de Vargas. O trabalhismo não fora uma reivindicação explicitada pelas bases sociais, mas se constituíra, através dos tempos, num dos fatores, se não de mobilização, pelo menos de cooptação das camadas populares. **No momento em que essa política é ofensivamente ativada, ela já não se mostra suficiente para refazer a imagem do Governo**, abalada pelo surto de denúncias e pelas campanhas da oposição (D'Araújo, 1992, p.33, grifo nosso).

Apesar dos acenos aos setores populares, no último ano de seu governo Getúlio Vargas vive grande isolamento político, não tendo conseguido controlar a forte oposição via imprensa, nem os grupos econômicos, nem os partidos e nem o movimento popular, recebeu ainda o veto dos setores militares, perdendo todas as condições de governar. O cenário de

crise inaugurado com a eleição de 1950 tem o seu auge com a crise de agosto de 1954 (D'Araújo, 1992, p.33).

A resistência de Vargas à renúncia levou a oposição liderada pela UDN em nível nacional a planejar a saída golpista. Os planos, no entanto, foram derrotados com o suicídio de Vargas no Palácio do Catete e com a comoção social causada com a sua morte. Os efeitos imediatos desses fatos foram o fortalecimento da aliança entre PTB e PSD, amparadas na “revitalização do populismo getulista”, mesmo sem a presença do mesmo (D'Araújo, 1992, p.142). A dramaticidade gerada pelo suicídio, pela carta de testamento e todos os movimentos que sucederam a morte “reabilitaram” a herança política de Vargas, garantindo a manutenção do regime político vigente e a entrada do “getulismo”, a partir da aliança PSD-PTB, no sistema eleitoral (D'Araújo, 1992, p.33).

3. A ELEIÇÃO DE 1954 PARA O SENADO A PARTIR DOS JORNAIS

Em função de os periódicos registrarem os embates da “arena do poder”, a pesquisa em história a partir dos jornais está fortemente presente no período de retorno da história política (Luca, 2006, p.128). A escolha pelas fontes para analisar as eleições de 1954 consistiu em selecionar periódicos ligados às posições dos partidos envolvidos naquelas eleições: PSD, UDN e PTB. Neste sentido, optamos por dois jornais de Florianópolis: *O Estado*³⁴ e *Diário da Tarde*³⁵; e um de Lages: *Correio Lageano*.

Antes de investigar, de fato, o processo eleitoral e o envolvimento de cada um desses periódicos com as propagandas políticas, decidiu-se por dividir o capítulo de modo que se possa fazer algumas considerações sobre o papel dos jornais enquanto fonte de pesquisa histórica e sobre os periódicos escolhidos.

3.1 O ESTADO, O DIÁRIO DA TARDE E O CORREIO LAGEANO

O historiador que realiza pesquisa por meio dos periódicos, conforme Tânia de Luca (2006, p 140), deve estar atento para algumas questões. Entre elas: o que motivou a decisão de se noticiar um acontecimento; o destaque dado a esta notícia; e até mesmo o local do periódico em que essa informação foi publicada, considerando que possuem diferentes pesos notícias publicadas nas capas, principais manchetes ou páginas internas e/ou secundárias. Consequentemente, defende a necessidade de levar em consideração, também, que jornais e revistas não se caracterizam como “obras solitárias”, mas sim por empreendimentos que mobilizam indivíduos a partir de ideias, crenças e valores divulgados pela escrita.

Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de

³⁴ Para acessar e analisar as edições de *O Estado* e *Correio Lageano*, utilizamos a *Hemeroteca Digital Catarinense*. Trata-se de uma parceria realizada entre o Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) / IDCH - Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas da Universidade do Estado de Santa Catarina e a Biblioteca Pública de Santa Catarina - Fundação Catarinense de Cultura. Ver em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br>

³⁵ As edições do *Diário da Tarde* não foram localizadas nesta plataforma. A consulta a elas deu-se em visitas ao acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina, localizada no Centro de Florianópolis. As edições entre maio e setembro estão interditadas, aguardando reparação. Obtivemos acesso à elas com autorização da coordenadora do acervo.

futuro compartilhada por seus propugnadores. Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário. Ou seja, à análise da materialidade e do conteúdo é preciso acrescentar aspectos nem sempre imediatos e necessariamente patentes nas páginas desses impressos (LUCA, 2006, p. 140).

Analisando os principais periódicos catarinenses no período da "Revolução de 1930", Karla Leonora Dahse Nunes (2012, p.78-79) constatou a facilidade de observar o comprometimento de cada periódico com interesses políticos e partidários, mas também pela existência de uma noção "educadora" presente nas páginas de notícias. Desta forma, os jornais eram escritos de forma que pudessem causar impacto nas condutas individuais e coletivas dos seus leitores. Nas palavras de Nunes:

Quase tudo era tratado às páginas dos jornais, levando ao "conhecimento" do público leitor, talvez para formar mais opiniões acerca do que já estava pré-elaborado ou ia sendo elaborado por um determinado grupo. A ideia vinculada às páginas dos jornais estaria, assim, pronta para ser absorvida servindo, nesse caso, para arregimentadores (Nunes, 2012, p,79).

Portanto, não analisamos aqui os jornais escolhidos como se neles houvesse isenção ou buscando neles encontrar verdades absolutas. Partimos do pressuposto de que eles expressavam interesses políticos e estavam posicionados como apoiadores ou adversários da oligarquia estudada e de seus membros. Camilo Buss Araújo (2020, p.5), ao analisar as eleições de 1950, concluiu que as linhas políticas e vinculações partidárias defendidas em *O Estado* e no *Diário da Tarde* eram claras. Estes dois, juntos ao jornal *A Gazeta*, também de Florianópolis, expressavam as posições dos maiores partidos de Santa Catarina: PSD e UDN, respectivamente.

O jornal *O Estado* contou com publicações diárias entre 1915 e 2008, tendo diferentes proprietários, inclusive Henrique Rupp Júnior e Adolfo Konder, e diferentes alinhamentos políticos. No período em que nos debruçamos nesta pesquisa, o periódico encontrava-se sob administração de Aderbal Ramos da Silva, sobrinho de Nereu Ramos, também dirigente do PSD e governador do estado entre 1947 e 1951 (Araújo, 2020, p.4) e estampava orgulhosamente em sua capa o título de "o mais antigo em circulação". O acesso a este jornal deu-se exclusivamente por consulta online, tendo em vista que todas as suas edições no ano de 1954 estão disponíveis na Hemeroteca Digital Catarinense. Também sediado na capital e com publicações diárias, o *Diário da Tarde*, fundado em 1945, pertencia a Adolfo Konder,

principal dirigente da UDN em Santa Catarina e cunhado de Irineu Bornhausen, governador entre 1951 e 1956 (Araújo, 2020, p. 5). Considerando que não foi possível encontrar online as edições de 1954 deste periódico, fizemos a pesquisa de forma presencial, no arquivo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

O periódico *Correio Lageano* é o único entre as fontes definidas que não possuía sede em Florianópolis. Foi fundado em Lages, berço da oligarquia Ramos e região onde os mesmos exerceram total domínio político e eleitoral. Em *Imprensa e Poder: a comunicação em Santa Catarina*, Moacir Pereira³⁶ (1992, p.130), apontou que o jornal exibia em suas páginas entre 1924 e 1930 a consigna de órgão do Partido Republicano Catarinense (PRC). A partir de 1951, sob direção de José Paschoal Baggio passou a apresentar-se como "órgão independente e noticioso". Ocorre que a partir da análise de suas edições, disponíveis integralmente digitalizadas na Hemeroteca Digital Catarinense, percebe-se facilmente o posicionamento direto como órgão de imprensa da Aliança Social Trabalhista, em especial, a serviço de Saulo Ramos e do PTB. Em 1954, justamente o ano da eleição que é objeto central desta pesquisa, passou a circular duas vezes por semana na região Serrana.

3.2 OS JORNAIS CHAMAM O POVO ÀS URNAS

Em sua primeira edição publicada no ano de 1954, em primeiro de janeiro, o jornal *O Estado*, ainda sem mencionar a eleição que se avizinhava, estampou em sua capa uma grande mensagem de início de ano escrita por Nereu Ramos. O texto escrito pelo político era antecedido por uma introdução explicando que o "eminente catarinense" se dirigia aos seus "coestaduanos e correligionários do Partido Social Democrático" (*O Estado*, 1954, p.1). Nereu, à época, ocupava o mandato de deputado federal e a cessão deste espaço a ele, excluindo os demais deputados federais de Santa Catarina, já apontava para a relação próxima entre o jornal e o político.

O *Correio Lageano* trazia em sua primeira edição do ano uma enquete orientando aos leitores para que escrevessem suas intenções de votos para senador, deputado federal, estadual e vereador e depositassem em uma urna em estabelecimento descrito como "engraxateria CHIC" (*Correio Lageano*, 1954, p.1). A edição seguinte revela em sua capa o resultado da "Enquete Popular" (Figura 1), bem como convoca os leitores para uma nova consulta, o que se percebeu ser prática recorrente do periódico em anos eleitorais.

³⁶ Intelectual orgânico das elites catarinenses e fundador do curso de Jornalismo da UFSC.

Figura 1 - Correio Lageano de 9 de janeiro de 1954.

Para Senador	
Luiz Carlos Prestes	156
Saulo Ramos	138
Nereu Ramos	16
Adolfo Konder	7
Aristiliano Ramos	4
Telmo Ribeiro	1
Mario Carrilho	1
João Ribas Ramos	1

Correio Lageano. Lages: Hemeroteca Catarinense, 9 de jan de 1954

O resultado da enquete é surpreendente quando analisada nos dias atuais. Luís Carlos Prestes, líder nacional do Partido Comunista Brasileiro (PCB) aparece liderando a "pesquisa" com 156 registros de leitores. Não há menção nos textos lidos neste trabalho para a organização dos comunistas na região de Lages durante o período. Esse resultado nos leva a crer que o *Correio Lageano*, por seu editorial abertamente favorável às pautas dos trabalhadores, atraía leitores identificados com a esquerda. A mesma edição que exibe a "enquete popular", traz em sua capa uma propaganda do Partido Trabalhista Brasileiro:

No convívio do Partido Trabalhista Brasileiro, que é a expressão máxima do trabalhismo em nosso país, os nossos patrícios encontraram o ambiente social, cristão e democrático de uma agremiação de homens devotados ao engrandecimento nacional (Correio Lageano, 1954, p.1)³⁷.

Além de Prestes, Saulo Ramos, presidente estadual do PTB, aparece muito bem posicionado, com ampla vantagem em relação a Nereu Ramos, Adolfo Konder e Aristiliano Ramos, que seriam, de fato, candidatos ao senado naquela eleição. Cabe aqui destacar que poucos dias após a divulgação do resultado da "Enquete Popular", o jornal Petebista de Lages publicou em sua capa a matéria intitulada "Prestes: frente única com a burguesia para derrotar Vargas" (Correio Lageano, 1954, p.1), onde o jornal enfatizava a forte oposição que o PCB

³⁷ CORREIO LAGEANO, Lages: Hemeroteca Digital Catarinense, 1954. Versão digitalizada. Disponível em: http://hemeroteca.cjasc.sc.gov.br/correiolageano/1954/ED2_09_01_1954_ANO15.pdf Acesso em: 18 de maio de 2024.

fazia ao Governo Federal no período. Estaria desta forma o jornal preocupado com a aceitação de Luís Carlos Prestes, recorrendo à publicação desta reportagem com o objetivo de diminuir o apoio à Prestes entre os leitores do jornal varguista? Não temos condições de responder a esta hipótese, mas nada se encontra nas edições seguintes deste ano eleitoral sobre Prestes e o PCB no periódico.

Na virada de janeiro para fevereiro, os jornais passaram a noticiar articulações entre os partidos visando as eleições marcadas para outubro. As últimas edições de janeiro do *Diário da Tarde*, voltam-se, diariamente, a cogitar o lançamento de Adolfo Konder para o Senado:

[...] não obstante a campanha esquerdista que contra êle empreenderam em 1945 e 1950, saibam corrigir o mal cometido no passado, dando ao dr. Adolpho Konder, tudo aquilo que lhe negaram: esforços sinceros no sentido de fazelô Senador da República. E como Senador da República, Adolpho Konder continuará sendo o que sempre foi: um amigo incondicional do seu Estado e da sua gente (Diário da Tarde, 1954, p.1).

O tema eleitoral passa então a ser mais frequente nas páginas de notícias, bem como as provocações aos opositores. Ao noticiar diversos encontros que ocorreram na capital catarinense entre políticos e a presença na cidade de Nereu Ramos e de Adolfo Konder, o jornal *O Estado* provoca:

A cidade está cheia... de notícias. Chegou o dr. Adolfo Konder. Chegou o dr. Wanderley Junior. Depois, chegou o dr. Nerêu Ramos. Depois, o sr. Vidal Ramos Junior, de Lages. Reuniões políticas! O sr. Bornhausen mandou o Maj. Guedes visitar o dr. Nerêu! Este esteve em Palácio retribuindo a visita. Diante disso, o BOATO virou cidadão florianopolitano. O sr. Governador vai aproveitar-se de todas essas meras coincidências para encher o interior de intrigas, a respeito de acordo político. Mas, antes disso, nós, daqui, olhamos para o passado de 51 para cá e enfrentamos o futuro com um democrático: Pois não tem! (O Estado, 1954, p,8)

A "alfinetada" do jornal pessedista ao governador da UDN rejeita possíveis desejos de entendimentos entre a UDN e o PSD local visando a eleição. Essa possibilidade remota de acordos entre adversários também repercute do *Correio Lageano*, na matéria de capa "Grande movimentação política no Estado":

Já estão se movimentando os meios políticos catarinenses em torno da campanha eleitoral de outubro próximo. A Florianópolis têm ocorrido próceres do interior e dirigentes, vindos do Rio, mantendo os mais diversos entendimentos. **Volta-se agora, a falar no acordo PSD-UDN para assegurar a ida dos srs. Nereu Ramos e Adolfo Konder ao Senado.**

Sabe-se, entretanto, que ponderáveis correntes de ambos os partidos estão trabalhando em sentido contrário, **tendo mesmo o Cel. Aristiliano Ramos, quando de sua ida a Capital, levado o ponto de vista do Diretório local da UDN, fechando questão contra uma possível aliança com os pessedistas.** (Correio Lageano, 1954, p.1, grifo nosso).

O texto publicado no maior jornal de Lages corrobora com os boatos de tratativas para composição da aliança envolvendo PSD e UDN para a disputa de duas vagas ao Senado, menosprezado pelo jornal pessedista da capital. Ao mesmo tempo, o *Correio Lageano* torna pública a oposição de Aristiliano Ramos, rompido com a família Ramos ao possível acordo. Na mesma matéria de capa, a expectativa do PTB de Saulo Ramos com as articulações em curso é exposta:

Por outro lado, tanto sociais-democratas como udenistas vem cortejando o PTB visando fazer inclinar-se em seu favor **a terceira força eleitoral do Estado.** O Deputado Saulo Ramos, Presidente do PTB, já se encontra em Florianópolis debatendo o assunto. **Para um acordo aquele parlamentar teria exigido uma Senatoria e quatro vagas em chapa federal conjunta.** As últimas notícias, entretanto, são de que a UDN já fez acordos com todos os demais partidos no Estado com exceção do PSD e PTB, que nesse caso marchariam juntos. (Correio Lageano, 1954, p.1, grifo nosso).

Por mais que rumores de possíveis entendimentos entre PSD e UDN circulassem, um acordo entre os históricos adversários não se confirmaria. Por sua vez, o PTB demonstrava a partir de seu jornal o pragmatismo com que atuava em Santa Catarina, enfatizando que a coligação com os trabalhistas catarinenses era desejada pelos dois grandes partidos.

Na eleição de 1950, Vargas venceu a disputa presidencial no território catarinense. O PTB local, porém, contrariou a orientação de sua direção nacional de aliança com o PSD³⁸ e coligou-se à UDN, do presidenciável Brigadeiro Eduardo Gomes. A pragmática aliança entre trabalhistas e udenistas elegeu Irineu Bornhausen (UDN) para o governo de Santa Catarina e Carlos Gomes de Oliveira (PTB) para o senado, derrotando, respectivamente, os pessedistas Udo Deeke e Nereu Ramos (Araújo, 2020, p.31-32).

O PTB sabia que o seu eleitorado representava o "fiel da balança" das eleições em Santa Catarina, como apresentou Sonia Laus (1985, p. 178). O que se torna nítido com o próprio *Correio Lageano* assumindo essa condição (figura 2)³⁹, defendendo que Saulo Ramos

³⁸ Apesar de o PSD ter Cristiano Machado como candidato a presidente, a seção catarinense do PSD, além de outros estados, apoiou Getúlio Vargas.

³⁹ Na foto do recorte de jornal, ao centro, Saulo Ramos (PTB).

estava “credenciado pelo Dr. João Goulart” com "a chave da sucessão" para as eleições em suas mãos (Correio Lageano, e 1954, p.1):

Figura 2 - Correio Lageano de 7 de março de 1954.

Com o Dep. Saulo Ramos a chave da sucessão
Reunião com os trabalhistas – Entendimentos com o PSD, UDN e pequenos partidos – Será candidato - A Convenção decidirá

Esteve alguns dias nesta cidade o Deputado Federal Dr. Saulo Ramos, Presidente do PTB catarinense. O parlamentar petebista veio a Lajes conferenciar com seus companheiros de partido em torno dos rumos a serem tomados pelo PTB no próximo pleito para a eleições de dois Senadores, Deputados Federais e Estaduais.

No exercício da Presidência de seu partido, o Deputado Saulo Ramos participou de uma reunião da Executiva local do PTB ouvindo, do ponto de vista desse órgão com relação ao problema e ao mesmo tempo dando conta de entendimentos mantidos com líderes dos diversos partidos com atuação no Estado.

Dada a posição do PTB de terceira força no Estado e de fiel de balança eleitoral, o Deputado Saulo Ramos, como Presidente e credenciado pelo Dr. João Goulart para pessoalmente, traçar a diretriz do trabalhismo, está com uma grande responsabilidade face a política barriga-verde, podendo-se dizer que a chave da sucessão de outubro se encontra com ele. Em sua viagem pelo Estado o líder trabalhista ausculto ainda outros diretórios a fim de encaminhar os entendimentos preliminares para um possível acordo a ser homologado em Convenção Estadual.

As medidas assentadas em Lajes pelo Deputado Saulo Ramos estão sendo tomadas também em outros municípios sentindo-se, entretanto, no seio dos trabalhistas, o desejo de reconduzir a Câmara ou levar ao Senado Federal o seu atual Presidente.

Em Florianópolis o Deputado Saulo Ramos reuniu a Comissão Executiva Estadual para um balanço geral da situação política estadual regressando ao Rio. Cautelosos, tanto o Deputado como seus correligionários somente tomarão atitude definitiva na próxima Convenção a reunir-se, possivelmente, em fins deste mês.



Correio Lageano. Lajes: Hemeroteca Catarinense, 7 de mar de 1954

A expectativa da UDN, expressada no *Diário da Tarde*, demonstrava o interesse dos udenistas em manter a aliança com o PTB estabelecida em 1950. Este interesse aparece em nota publicada na capa do periódico:

Informam-nos que está em vias de conclusão um acôrdo entre todos os partidos que apoiam o govêrno de Santa Catarina para a formação de uma coligação para concorrer aos legislativos nacional e estadual. Dessa coligação participarão a UDN, o PL, o PRP, o PTB, o PSP e o PDC, concorrendo os pequenos partidos com um candidato cada um para deputado federal e alguns na chapa estadual, e completando a UDN as chapas federal e estadual (*Diário da Tarde*, 1954, p.1).

Conforme Sonia Laus (1985, p. 223-228), apesar da forte oposição em nível federal, o governo udenista de Santa Catarina e o Governo Federal mantinham relação de auxílio mútuo. Coube então a interlocutores de Vargas a formulação de uma proposta de aliança em terras catarinenses onde PSD, UDN e PTB apresentariam chapa única, indicando os adversários Nereu Ramos e Adolfo Konder para o Senado. A proposta não teve aceitação na UDN local, que considerava aliança apenas com o PTB, sem margem para coligação com o PSD. Já a

seção local do PTB exigiu uma das vagas da chapa para o Senado como condição para a composição de alianças, seja com PSD ou UDN (Laus, 1985, p. 223-228).

Em sua convenção, a UDN pôs fim aos rumores de possíveis alianças com o PSD e PTB e aprovou a apresentação das candidaturas próprias de Adolfo Konder e Aristiliano Ramos como candidatos ao senado (Figura 3)⁴⁰, contando com apoio dos pequenos partidos que apoiavam o governo de Irineu Bornhausen. A decisão, passa a ter repercussão semanal no periódico alinhado ao partido, com declarações diárias de apoio à chapa composta por dois ex-governadores e ex-adversários:

Figura 3 - Diário da Tarde de 3 de junho de 1954.



Diário da Tarde. Florianópolis: Biblioteca Pública de Santa Catarina, 3 de jun de 1954

Já a convenção do PSD aproveitou a oportunidade para retomar a aliança rompida em 1950 em Santa Catarina e aceitou a demanda do PTB catarinense, cedendo aos trabalhistas uma das vagas na chapa para o Senado. Desta forma, a Aliança Social Trabalhista, apresentou-se com Nereu Ramos e Saulo Ramos para o Senado (Figura 4). As decisões das convenções partidárias repercutiram no *O Estado*:

Figura 4 - O Estado de 4 de junho de 1954.

⁴⁰ No recorte de jornal, à esquerda, Adolfo Konder e à direita, Aristiliano Ramos.



O Estado. Florianópolis: Hemeroteca Catarinense, 4 de jun de 1954

Sinalizando ao eleitorado de Getúlio Vargas, *O Estado* aproveita-se do acirramento da crise política e da feroz oposição da UDN no Congresso Nacional para elogiar o presidente da República em matéria de sua capa. Ao longo da campanha de 1954, os partidos e os seus candidatos direcionaram o enfoque das suas pautas à defesa de direitos dos trabalhadores e às ações do Governo Federal.

[...] o presidente Getúlio Vargas passará a história, quando as paixões de momento se aplanarem, com um dos grandes construtores da nação. Grandes monumentos marca-lhe-ão as passagens pela suprema magistratura: o sentido nacionalista do seu govêrno, Volta Redonda, Petrobrás, **o espírito de solidariedade humana e de justiça da Legislação Social Trabalhista**, a exemplo (O Estado, 1954, p.1, grifo nosso).

Esse comportamento em curso na disputa para o Senado Federal já havia ocorrido na disputa pelo governo do estado em 1950, como percebeu Camilo Buss Araújo (2020). Dessa forma, os trabalhadores não apenas assistiam o jogo político feito pelos “de cima”. O processo eleitoral e o direito ao voto forçava que os grandes partidos incluíssem as pautas trabalhistas em seus discursos, dando o protagonismo eleitoral aos trabalhadores (Araujo (2020, p.5). As capas do *Correio Lageano*, neste sentido, exaltavam costumeiramente durante o ano eleitoral a defesa do “amparo na legislação social aos trabalhadores das autarquias e servidores públicos, quando seus direitos forem inferiores aos dos trabalhadores nas empresas privadas” por parte do PTB (Correio Lageano, 1954, p.1).

Diante da crise política instalada no país, a UDN de Santa Catarina, mesmo que com comportamento mais moderado que o partido em nível nacional, passa a publicar algumas das críticas ao presidente Getúlio Vargas, sem necessariamente endossá-las. Repercutindo o posicionamento do deputado federal Aliomar Baleeiro (UDN/BA), o *Diário da Tarde* com a matéria de capa “Impeachment” para o Sr. Getúlio Vargas” (Diário da Tarde, 1954, p.1):

Acentua êle que na situação dramática atravessa, com rédeas do govêrno nas mãos inertes do sr. Getúlio Vargas, há quatro saídas: uma, inaceitável, criminosa, o golpe de Estado; outra, a que se opõe o **egoísmo de ex-ditador**, a renúncia; uma terceira inviável, sem reformar da Constituição, o parlamentarismo. A quarta saída seria, porém, legal, independeria da vontade presidencial e não exigirá mudança constitucional: o “impeachment” (Diário da Tarde, 1954, p.1, grifo nosso).

Apesar de noticiar as movimentações nacionais da UDN, o órgão de imprensa a serviço da seção catarinense do partido não se somava a essas movimentações em seu editorial. Tal contradição fica explícita na matéria de capa “o fiasco da tentativa de impeachment, provocado pelo leader da UDN, na Câmara” publicada no início de julho. A reportagem fazia questão de destacar que “nenhum deputado catarinense votou a favor dessa medida absurda” (Diário da Tarde, 1954, p.1), demonstrando existir fidelidade da bancada udenista de Santa Catarina a Getúlio Vargas.

Eleito em coligação entre UDN e PTB em 1950, e tendo o PTB na base de seu governo ocupando a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, Educação e Saúde, o governador Irineu Bornhausen dissociava-se da posição de enfrentamento ao governo federal defendida pela UDN nacional. Bornhausen propunha justamente o inverso: a aproximação do partido a Getúlio Vargas. Essa posição causou inclusive divergências internas no interior da UDN catarinense e na oligarquia Konder-Bornhausen, considerando o papel de Adolfo Konder, cunhado de Irineu e membro da direção nacional udenista (Araújo, 2013, p. 125-126).

No mês de agosto, auge da crise política que culminou com o suicídio de Getúlio Vargas, a contradição entre se aproximar do Governo Federal e corresponder às posições nacionais de oposição defendidas pelo partido é permanente nas páginas do *Diário da Tarde* e começava a ficar insustentável. Utilizando-se do órgão de imprensa, os udenistas acusam Nereu Ramos de atuar contra o governo de Santa Catarina, com o objetivo de criar atritos entre Bornhausen e Vargas:

“Desgostoso com esse prestígio do governante catarinense junto o presidente Getúlio Vargas, transbordando de ciúme e despeito Nerêu Ramos e seus lugares tenentes planejaram e estão desenvolvendo a mais vergonhosa campanha contra o Irineu Bornhausen e, portanto, contra o progresso do nosso Estado, com o intento de levantar a inimizade entre ele e Getúlio Vargas. **Para tanto conseguiram o apoio de meia dúzia de falsos getulistas** e todos juntos, num verdadeiro coro de despeitados, de manhosos, de despreparados, vivem gritando contra o governador Irineu Bornhausen [...] (Diário da Tarde, 1954, p.1).

Ao mesmo tempo que buscavam reforçar a proximidade entre seu governador e Getúlio Vargas, atacavam a aliança formada entre o PTB e PSD. Contraditoriamente, o *Diário da Tarde* deixava de lado a cautela apresentada nos primeiros meses do período eleitoral, certamente em função do acirramento da crise política na Capital Federal e cedia cada vez mais espaços para críticas ao Presidente da República. Na capa “Brasil: Sinônimo de roubo e de corrupção”, exaltava Carlos Lacerda, “bravo homem de imprensa, que teve a coragem inaudita de mostrar à Nação, os negócios escusos [...] e apontar ao povo os culpados” e endossava as denúncias de corrupção do jornalista e político da Guanabara alertando que “o roubo, a corrupção, a fraude campeiam livremente” no país (Diário da Tarde, 1954, p.1).

Nos dias que sucederam o suicídio de Getúlio Vargas, observamos uma espécie de trégua, com a suspensão da divulgação de matérias com pedido de votos para os candidatos ao senado, que deram lugar nas capas dos periódicos para a repercussão das notícias em torno da comoção popular. Os jornais aliancistas preencheram suas capas com fotos, a carta testamento e homenagens e destacavam que o “o povo brasileiro voltou-se contra aqueles que o atacaram e o injuriaram, fazendo-o chegar ao suicídio” (Correio Lageano, 1954, p.1), e que “o presidente Vargas cumpriu heroicamente sua palavra, preferindo a renunciar à vida a renunciar ao mandato do povo” (O Estado, 1954, p.1), já apontando para os rumos que a campanha eleitoral assinalaria em sua reta final. O periódico udenista destacava que “a maior multidão jamais concentrada em São Borja acompanhou o corpo de Getúlio a última morada” (Diário da Tarde, 1954, p.1) e reproduzia notas de homenagens à Getúlio, concomitante com a exaltação à “demonstração de coragem do Brigadeiro Eduardo Gomes” candidato da UDN nas eleições presidenciais anteriores. A nota, que fazia referências ao líder nacional da UDN, era uma reprodução do jornal *Tribuna da Imprensa*, da Guanabara, de propriedade de Carlos Lacerda, “que voltou a circular depois de dois dias de interrupção em consequência da ameaça do clamor público contra aquele jornalista”. O texto registrava que ao ser confrontado e

hostilizado por populares com as palavras de ordem “Viva Getúlio, Morra Brigadeiro”, “encarou a turba com tranquilidade” (Diário da Tarde, 1954, p.1).

A morte de Getúlio Vargas intensificou profundamente a nacionalização da campanha eleitoral para as vagas no parlamento federal e a agressividade entre as propagandas. Os jornais vinculados à Aliança Social Trabalhista buscavam associar as candidaturas de Aristiliano Ramos e Adolfo Konder aos líderes nacionais da UDN, que para responder as críticas, utilizaram-se de artigos assinados de Antônio Carlos Konder Reis⁴¹, sobrinho de Adolfo Konder e Irineu Bornhausen, que ocupava cargo no gabinete do Ministério da Agricultura na administração de Vargas:

A crise político-militar que agitava a nação desde o cinco de agosto, tivera para o Brasil um doloroso desfêcho, pois roubara à nosa vida pública uma das suas maiores figuras. [...] **Acontece, porém, que alguns falsos líderes, nesta hora de dôr e mágua nacioanis, procuram tripudiar infamemente sôbre os restos mortais do grande chefe, lançando brasileiros e brasileiras e, particularmente, a massa operária contra a União Democrática Nacional, nosso partido.** [...] Em Santa Catarina, o povo e o Govêrno udenistas mantiveram a mais elevada das atitudes. E não podia deixar de ser assim. O Govêrno do Presidente Vargas, que tão dolorosamente se encerrou, prestou a mais leal, a mais franca, a mais sincera colaboração, o mais decidido, o mais claro, o mais patente apôio ao povo de Santa Catarina e ao govêrno do Excelentíssimo senhor Irineu Bornhausen (Diário da Tarde, 1954, p.1).

O artigo assinado por Antônio Carlos Konder Reis passou, então, a compor as edições de setembro do *Diário da Tarde* e, ao que tudo indica, de outros órgãos de imprensa ligados à UDN, a exemplo do periódico *Itajaí*, com circulação na região do Vale do Itajaí. A resposta dos aliancistas a Konder Reis não demorou a chegar, por meio de *O Estado*. Estampando em sua capa foto de Getúlio Vargas com Nereu Ramos (Figura 5), questionam a relação entre a UDN catarinense e Getúlio Vargas: “eles, que sempre foram mais que adversários, porque foram inimigos e algozes de Getúlio, querem agora inverter a situação: querem que o povo veja neles os amigos, os getulistas e até os "queremistas" (O Estado, 1954, p.1).

⁴¹Antônio Carlos Konder Reis foi museólogo, advogado e economista. Ocupou os cargos de deputado estadual, deputado federal, Senador da República, vice-governador, governador, Secretário de Estado da Fazenda, Secretário de Estado da Reconstrução (cargo existente após as enchentes de 1983 no Vale do Itajaí) e chefe de gabinete do Ministério da Agricultura. Integrou a União Democrática Nacional (UDN) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). PIAZZA, Walter F. Dicionário Político Catarinense. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC, 1994. p. 670.

Figura 5 - O Estado de 15 de setembro de 1954.



O Estado. Florianópolis: Hemeroteca Digital Catarinense, 15 de set de 1954

Com a proximidade do pleito marcado para 3 de outubro, os ataques por meio dos jornais acirraram-se. A tentativa de atribuir responsáveis para o suicídio de Getúlio Vargas não foi estratégia apenas do PSD e PTB em Santa Catarina. Por meio do *Diário da Tarde*, a UDN acusava Nereu Ramos e o PSD de “falsos amigos” de Getúlio e que estariam neste partido “os verdadeiros assassinos do presidente extinto” (*Diário da Tarde*, 1954, p.1). Referiam-se, indiretamente, as dificuldades que Vargas teve para governar, associando-as à

condução de Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, Poder em que ocupava a presidência da mesa diretora:

Agora, depois de ve-lo tombado e imolado à sua sanha partidária e às ambições dos seus chefes, tripudiam sobre o cadaver e andam pelo interior num ridículo papel de viúvas alegres, por entre cervejadas e brodios, a mendigarem votos para “vingar a morte de Getúlio Vargas” (Diário da Tarde, 1954, p.1)

E, na mesma linha, continuam:

Os pessedistas catarinenses nunca foram amigos de Getúlio Vargas. Moveram-lhe uma guerra tremenda, pelo simples fato de ele ter sido amigo sincero e leal do grande, dinamico e honesto Governador Irineu Bornhausen. Nereu e seus comandados nunca perdoaram a Getúlio Vargas o apóio dado a Irineu Bornhausen. Eles queriam que esse apoio fosse dado a eles, para gastarem o dinheiro como fizeram com o dinheiro do Pôrto de São Francisco. **O povo que tome nota. os trabalhistas sinceros que não se deixem enganozar. Quem vota nos homens do PSD vota nos maiores inimigos, nos matadores e sacrilegos profanadores do cadaver de Getúlio Vargas** (Diário da Tarde, 1954, p.1, grifo nosso).⁴²

A figura de Getúlio Vargas passou a ser invocada em todos os momentos da campanha. Os ataques, mesmo que motivados por acontecimentos locais, são nacionalizados para envolver a figura do ex-presidente. Um destes exemplos foi a ofensiva do PSD ao insinuar que no interior do Estado, a UDN teria instrumentalizado e utilizado indevidamente como transporte de seus cabos eleitorais os “jeeps que o saudoso Presidente Vargas mandara comprar para os agricultores e colonos” (O Estado, 1954, p.1). As longas denúncias a respeito da utilização dos *jeeps*, foi acompanhada de cobertura de comício da Aliança Social Trabalhista realizado em Tubarão, no Sul de Santa Catarina (Figura 6).

⁴² A UDN reivindicava o suposto apoio dado por Getúlio Vargas a Irineu Bornhausen. Ocorre que a relação de colaboração entre governo federal e estadual confirmou-se apenas depois da eleição. No pleito em que Bornhausen foi eleito governador, de fato UDN e PTB estavam coligados em Santa Catarina. A aliança foi firmada por Saulo Ramos, a contragosto da direção nacional trabalhista. Na campanha eleitoral daquele ano, Getúlio Vargas, ao visitar Santa Catarina, realizou comícios de carro aberto ao lado dos candidatos Nereu Ramos, ao Senado e Udo Deeke, ao Governo, ambos do PSD (Araujo, 2020).

Figura 6 - O Estado de 19 de setembro de 1954.



O Estado. Florianópolis: Hemeroteca Digital Catarinense, 19 de set de 1954

O comício da AST realizado em Tubarão, foi criticado nas páginas do *Diário da Tarde*, que apresentou a postura dos candidatos do PTB e PSD (Figura 7), transcrevendo publicação do periódico *O Jornal*, da Guanabara. Conforme a publicação, “Saulo Ramos proferiu violentos ataques às Forças Armadas, citando nominalmente, como responsáveis pelos últimos acontecimentos, os senhores Café Filho, Eduardo Gomes e Juarez Tavora”. A repercussão em um jornal da Capital Federal de um comício realizado no interior de Santa Catarina nos faz ter noção da dimensão que o grau de nacionalização da campanha em Santa Catarina alcançava. Ainda, de acordo com a matéria, Saulo Ramos teria afirmado que “Nereu Ramos fôra convidado pelo Presidente da República, para ocupar a Pasta da Justiça, recusando o convite sob o fundamento de que não pretendia colaborar com o atual governo”

(Diário da Tarde, 1954, p.1). A suposta recusa de Nereu em participar do governo Café Filho⁴³ nos parece ser oportuna como manobra eleitoral, visando atingir mais uma vez o sentimento de comoção junto ao eleitorado sensibilizado com a morte de Getúlio Vargas.

Figura 7 - Diário da Tarde de 9 de setembro de 1954.



Diário da Tarde. Florianópolis: Biblioteca Pública de Santa Catarina, 9 de set de 1954

Nos dias que antecederam o escrutínio, a campanha de Aristiliano Ramos limitava-se a propagar o que considerava qualidades políticas e pessoais do candidato da UDN. Neste sentido, consideraram que o ex-interventor federal e ex-prefeito de Lages teria “por certo, o seu nome vitorioso”, diante do “espírito de trabalho e honra dos seus antepassados”, representando uma “reserva moral”, com “prestígio que desfruta em todos os quadrantes do Estado”(Diário da Tarde, 1954, p.1).

Ao dizer que Nereu Ramos, “patrão dos anseios populares, exemplo de lidador democrático e figura padrão de reserva moral” (O Estado, 1954, p.1) e que ele e Saulo Ramos “conduzirão o povo catarinense a mais uma espetacular vitória” (Correio Lageano, 1954, p.1), os jornais aliancistas também visavam reforçar o que consideravam como qualidades de seus líderes. Mais que isso, aproveitara-se da ante-sala da votação para, principalmente, aprofundar as tentativas de converter o suicídio de Getúlio Vargas em desgaste eleitoral para os candidatos da UDN. O povo era chamado às urnas, pois “estava chegando a hora de vingar Getúlio”, votando na AST “repudiando os homens e os partidos que levaram Getúlio Vargas ao túmulo e que implantaram, no Brasil, o atual Governo de traição nacional” (Correio

⁴³ Independente destacar que o PSD participou oficialmente de todos os governos do período entre 1945 e 1964, ocupando ministérios inclusive nas administrações de Café Filho e de Jânio Quadros, apesar do caráter “antipessedista” destes governos (Hippolito, Lucia, 2012, p.88).

Lageano, 1954, p.1). Os trabalhadores eram, desta forma, convocados às urnas pelos representantes das oligarquias, para decidir a eleição (Figura 8).

Figura 8 - Correio Lageano de 30 de setembro de 1954.

NEREU RAMOS E SAULO RAMOS

conduzirão o povo catarinense a mais uma espetacular vitória a 3 de outubro. Eleitor! Participe dessa vitória, votando nos candidatos da

Aliança Social Trabalhista (PSD-PTB)

Terás assim, repudiado os homens e os partidos que levaram Getúlio Vargas ao túmulo e que implantaram, no Brasil, o atual Governo de traição nacional.
E lembra-te que "está chegando a hora de vingar Getúlio".

CORREIO LAGEANO

ANO XV | DIRETOR: Dr. EVILÁSIO N. CAON | LAGES 30 de Setembro de 1954 | REDATOR: JOSÉ P. BAGGIO | Redação e Officina: Rua Marshal Deodoro 134 | N. 36

Eleitor Trabalhista.

Vote bem,

Senadores: **Nereu Ramos e Saulo Ramos**
(CHAPA COM OS DOIS NOMES)

Dep. Federal: **Saulo Ramos**

votando em: Dep. Estadual: **Telmo Vieira Ribeiro**

Vereador: **Evilásio Nery Caon**

FALECIMENTO

Faleceu na madrugada de 29 em sua residência, inesperadamente o Dr. João Guaberto da Silva, conhecido advogado e elemento destacado em nosso meio social. O trágico acontecimento colheu toda a cidade, pois o jovem causidico era pessoa estimadíssima por seus dotes morais e intelectuais. Esperto franco, de atitudes claras e incondicionais, amável, amável, o Dr. João Guaberto gozava de alta estima em todos os meios sociais. Exercer o cargo de Delegado Regional de Polícia o qual desempenhou com a vulgar capacidade e fidelidade. Foi Presidente da subseção da ordem dos Advogados e membro de clube dirigente de Clubes sociais. Pertencente a tradicional família laranjeira, soube sempre se conduzir com dignidade em nossa sociedade. Apresentamos nossas sentidas condolências a viúva do grande Dr. João Guaberto e à família Guaberto da Silva.

Reina Grande interesse pelo pleito domingo

Domingo o povo escolherá seus representantes nas posições legislativas federais, estaduais e municipais, muitos pleitos que mais tem entusiasmo o eleitorado.

Em Sta. Catarina, é prevista uma grande frequência de votantes, devido ao interesse com que o povo aguarda as eleições.

A renovação dos dois terços do Senado, e a substituição da Câmara Federal, através dos maiores contingentes eleitorais e possibilitou a formação de duas alianças para contestarem as candidaturas de Aristiliano Ramos-Adolfo Konder e a de Nereu Ramos-Saulo Ramos.

Dal também surgiram as chapas para deputados federais, em duas alianças e ainda as de outra agremiação, o PDC.

Para a renovação da Assembleia Legislativa, todos os partidos registram concorrência com chapas próprias, e que são os seguintes: PSD, UDN, PTR, PFP, PSP, PL, PDC, PTN.

Para Vereadores em Lages, apenas 4 chapas disputarão domingo as preferências do eleitorado: Aliança Social Trabalhista (PSD-PTB), Aliança Democrática Libertadora (PL-UDN-PFP), Partido Social Progressista e Partido Democrata Cristão.

O Pleito em Lages, a concluir-se pela campanha popular, levará às urnas mais de 20.000 eleitores, pois o interesse e entusiasmo despertado é de molde a atrair o maior número, dado o empenho dos partidos concorrentes. O eleitorado de aproximadamente 27 mil, aguarda sereno o resultado, e se o tempo estiver bom, as eleições decorrerão sem dificuldade, e com abstenção de menos de 30%.

Observadores estranhos à campanha eleitoral afirmam por unanimidade que no Município de Lages, a Aliança Social Trabalhista terá uma grande vitória, superando a votação da UDN, em grande margem.

É prevista também a vitória da Aliança Social Trabalhista na eleição de vereadores, apartando a UDN, em segundo lugar, seguida do PDC, e em último, do PSP, sem eleger nenhum de seus candidatos.

Relação das lista de eleitores

Os eleitores, para evitar atrapalhos, devem verificar aqui, onde deve votar:

As listas são feitas, por ordem alfabética, pela letra inicial do primeiro nome:

- Letra A - Grupo Escobar Vidal Ramos, (5 seções)
- Letra B - C. D. Edifício do Fórum (3 seções)
- Letra E - F. G. - Colégio S. José (3 seções)
- Letra H - Glebas Duqueano
- Letra I - Salão Paroquial
- Letra J - J. - Prefeitura
- Nome José - Clube 14 de Junho
- Letra L - LA.P.C.
- Letra L - Clube 1. de julho
- Nome João - Diretoria
- Nome Maria - Instituto
- Letra N - 2. Tabuleiro
- Letra O - Cruz e Souza e Princesa da Serra
- Letra P - Instituto
- Letra R - Instituto
- Letra S - Princesa de Serra
- Letra U - 2. Tabuleiro
- Letra V. W. - Clube Juvenil
- Letra Z - Princesa da Serra

X X X

Seções em Separados, Coletoria Federal, Centro de Saúde e Edifício do Fórum.

Trabalhador! cada voto dado a UDN, será mais um tiro no coração de Getúlio Vargas

ACERVO: BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA
Digitalizado pelo Instituto José Paschoa Baggio - Contrato FCC nº0151/2016

Endossando o chamado do *Correio Lageano* aos trabalhadores para “vingar Getúlio” (Figura 9), o jornal *O Estado*, do PSD, concede espaço privilegiado de sua capa. Abaixo de foto de Nereu Ramos, carta apelativa cujo o jornal atribuiu a autoria a “um grupo de trabalhistas”:

Figura 9 - O Estado de 3 de outubro de 1954.

Está chegando a hora

ESTÁ CHEGANDO A HORA DE VINGAR GETÚLIO
e por isso aqueles que não compreenderam
como era enorme o seu amor pelos humildes,
têm os olhos de medo esgazeados . . .

—○—

ESTÁ CHEGANDO A HORA DE VINGAR GETÚLIO
e dizer áqueles que falavam em vigilância,
que o povo percebeu, embora tarde,
que vigília não havia e sim TOCÁIA . . .

—○—

ESTÁ CHEGANDO A HORA DE VINGAR GETÚLIO
uma vingança quieta,
sem armas . . .
sem canhões . . .
sem baionetas . . .
porque o povo ainda vive entristecido
com o sacrifício do seu grande lider.

—○—

ESTÁ CHEGANDO A HORA DE VINGAR GETÚLIO
e derrotar aqueles que acreditaram
que do coração do povo que êle tanto amava
seria possível arrancar seu nome . . .

—○—

ESTÁ CHEGANDO A HORA DE VINGAR GETÚLIO
esta é a mensagem que o povo está mandando
a Carlos de Lacerda e a Eduardo Gomes,
para que jamais se esqueçam que a pressão tremenda
de inconfessáveis interesses seus,
que fez Getúlio morrer tragicamente,
é uma pagina sem luz, que as gerações vindouras
ao ler hão-de chorar, como chorando estamos . . .

—○—

**E AGORA QUE ESTÁ CHEGANDO A HORA DE
VINGAR GETÚLIO,**
já se ouve ao longe um grito de VITORIA:
são os humildes, os trabalhadores . . .
os funcionários e os homens da lavoura . . .
que marcham juntos sem temer a nada,
**PORQUE ESTÃO INDO ÀS URNAS PR'A VINGAR
GETÚLIO !!!**

(Mandado publicar por um grupo de trabalhistas).

Os dias decorrentes ao pleito foram marcados, nas páginas dos jornais, com longos dias de apuração dos votos. Os resultados por município eram utilizados como termômetro para o resultado final, aguardado pelos comitês dos candidatos. Cada resultado parcial era utilizado para compor o “balanço” eleitoral de cada força política.

Enquanto os resultados parciais já apontavam para vitória da Aliança Social Trabalhista, o jornal *O Estado* buscava enfatizar especialmente os números da votação de seus candidatos em municípios como Blumenau e de Lages. Blumenau, que fora historicamente a base política e eleitoral da ala “hercilista” do Partido Republicano Catarinense e berço da oligarquia Konder-Bornhausen merecia, de fato, um olhar excepcional. Além da base eleitoral da oligarquia adversária, Blumenau foi alvo de ingerência das administrações de Aristiliano Ramos e Nereu Ramos nas interventorias federais, como vimos no capítulo anterior. Entre as intervenções na região estão a partilha do território municipal e a repressão e fechamento de escolas e clubes recreativos. Contrariando os resultados de pleitos anteriores, o líder do PSD catarinense foi o vencedor na maior cidade do Vale do Itajaí (Tabela 1)⁴⁴. O periódico de seu partido fez questão de registrar que “não lhe foi possível disfarçar a emoção”, ao receber o resultado (Figura 10).

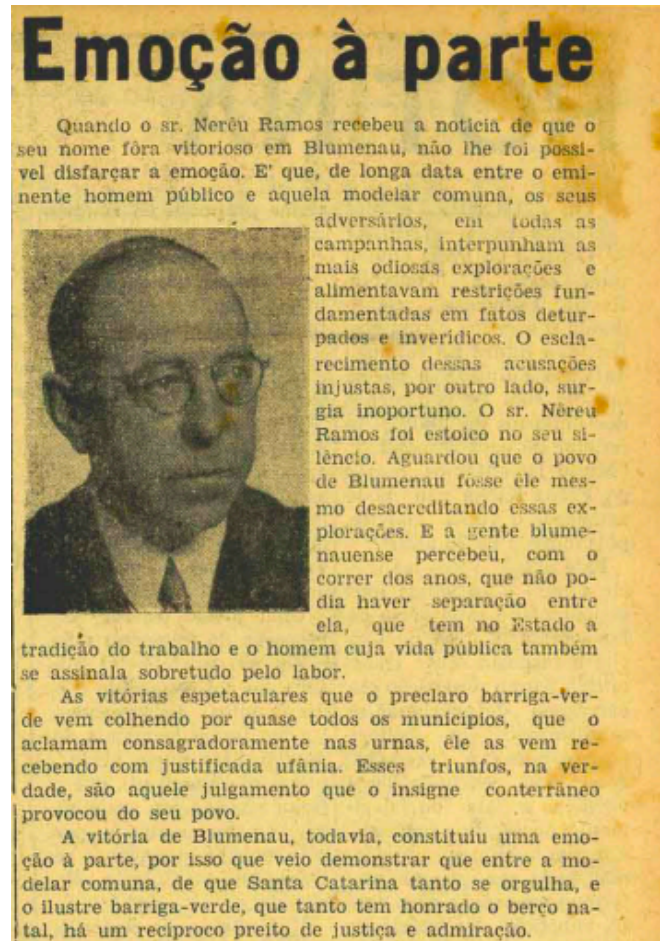
Tabela 1 - Resultado eleitoral em Blumenau

Nome do candidato	Partido/Coligação	Resultado
Nereu Ramos	PSD - Aliança Social Trabalhista	5064
Saulo Ramos	PTB - Aliança Social Trabalhista	3674
Aristiliano Ramos	UDN	4542
Adolfo Konder	UDN	5062

Elaboração própria. Fonte dos dados: O Estado, 1954.

⁴⁴ O acesso de documentos históricos da eleição de 1954 está disponibilizado online pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), contendo nestes documentos apenas o resultado total do pleito no estado. Os resultados por município foram encontrados no jornal *O Estado*, disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1954/EST195412009.pdf>

Figura 10 - O Estado de 10 de outubro de 1954.

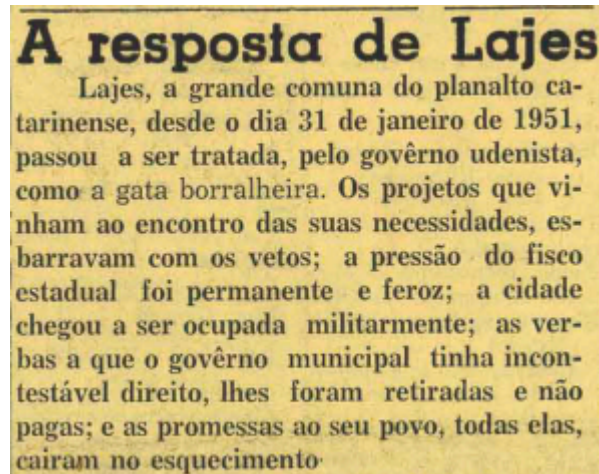


O Estado. Florianópolis: Hemeroteca Digital Catarinense, 10 de out de 1954

Como pode ser notado na tabela, o sucesso eleitoral obtido por Nereu em Blumenau não foi compartilhado com seu primo e colega de chapa, Saulo Ramos. Por uma diferença de apenas dois votos, Adolfo foi o segundo colocado no principal colégio eleitoral do Vale do Itajaí, demonstrando a manutenção da força política da família Konder, tendo conseguido neste município "furar" a dobradinha entre Nereu e Saulo, que alcançava a vitória no quadro geral do estado.

O resultado de Lages, berço político da oligarquia e local de nascimento dos três candidatos que levaram em 1954 este sobrenome para as urnas, também recebeu especial atenção por parte de *O Estado*. Por meio de seu jornal, o PSD visava atribuir o resultado ao tratamento dado pelo governo de Irineu Bornhausen à cidade (Figura 10):

Figura 11 - O Estado de 15 de outubro de 1954.



O Estado. Florianópolis: Hemeroteca Digital Catarinense, 15 de out de 1954

Diferentemente de Blumenau, onde cada coligação teve um candidato vitorioso e resultado apertado, Lages deu vitória com absoluta vantagem para a Aliança Social Trabalhista (Tabela 2)⁴⁵. O Ramos dissidente, Aristiliano, único dos três candidatos lageanos que havia sido prefeito da cidade, não conseguiu repetir o feito de Adolfo em Blumenau e foi derrotado em sua principal base política.

Tabela 2 - Resultado eleitoral em Lages

Nome do candidato	Partido/Coligação	Resultado
Nereu Ramos	PSD - Aliança Social Trabalhista	9862
Saulo Ramos	PTB - Aliança Social Trabalhista	8825
Aristiliano Ramos	UDN	5618
Adolfo Konder	UDN	4719

Elaboração própria. Fonte dos dados: O Estado, 1954.

⁴⁵ O acesso de documentos históricos da eleição de 1954 está disponibilizado online pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), contendo nestes documentos apenas o resultado total do pleito no estado. Os resultados por município foram encontrados no jornal O Estado, disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1954/EST195412009.pdf>

Para além do resultado das duas maiores cidades das regiões de origem dos candidatos e responsáveis pela base política das oligarquias catarinenses, consideramos oportuno registrar também o resultado em Florianópolis do pleito de 3 de outubro de 1954 (Tabela 3).⁴⁶

Tabela 3 - Resultado eleitoral em Florianópolis

Nome do candidato	Partido/Coligação	Resultado
Nereu Ramos	PSD - Aliança Social Trabalhista	12.454
Saulo Ramos	PTB - Aliança Social Trabalhista	10.907
Aristiliano Ramos	UDN	6820
Adolfo Konder	UDN	6819

Elaboração própria. Fonte dos dados: O Estado, 1954.

A contagem dos votos na Capital de Santa Catarina, maior colégio eleitoral do Estado, ratifica o que ocorreu em Lages e nos maiores municípios do estado: os eleitores votaram de modo em que assimilaram as respectivas dobradas de cada uma das coligações, que por sua vez realizaram campanhas coesas em torno de seus candidatos e suas narrativas. Não observamos em outros municípios situações similares a de Blumenau, onde os dois candidatos mais votados foram de coligações diferentes.⁴⁷

O resultado final da apuração em Santa Catarina (Tabela 4), foi explorado pela UDN, por meio do *Diário da Tarde*, com constantes análises a respeito da derrota sofrida pelo partido (Figura 11). Os udenistas consideravam que "não usaram de expedientes desonestos" e que não foram eles que "exploraram a morte do Presidente Getúlio Vargas" (Diário da Tarde, 1954, p.1), assumindo a tese de que o resultado eleitoral foi consequência da campanha assumida pela Aliança Social Trabalhista. Por meio do seu jornal, consideravam que a "UDN

⁴⁶ O acesso de documentos históricos da eleição de 1954 está disponibilizado online pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), contendo nestes documentos apenas o resultado total do pleito no estado. Os resultados por município foram encontrados no jornal O Estado, disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1954/EST195412010.pdf>

⁴⁷ Nas últimas páginas das edições entre os dias 10 e 15 de outubro de O Estado é possível conferir o resultado eleitoral por município de Santa Catarina. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/estadof1954.html>

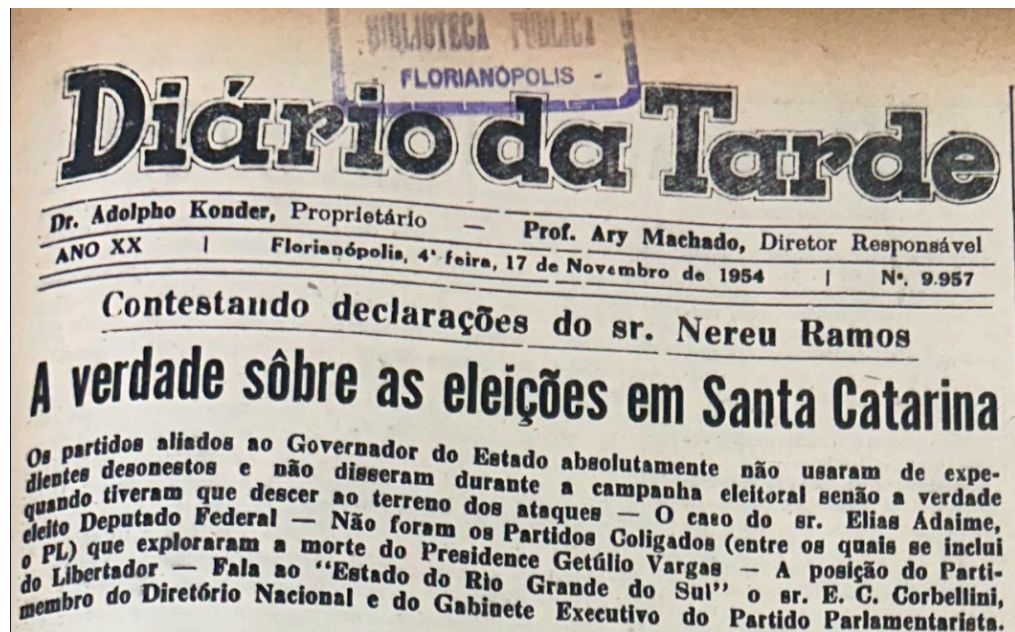
pagou o pato" e que o "povo sentimental por excelência, o nosso, não deixaria de sentir o reflexo desse acontecimento inesperado e impressionante" (Diário da Tarde, 1954, p.1).

Tabela 4 - Resultado final em Santa Catarina

Nome do candidato	Partido/Coligação	Resultado	Situação
Nereu Ramos	PSD - Aliança Social Trabalhista	160.980	eleito
Saulo Ramos	PTB - Aliança Social Trabalhista	145.627	eleito
Aristiliano Ramos	UDN	135.530	não eleito
Adolfo Konder	UDN	136.905	não eleito

Elaboração própria. Fonte dos dados: Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Figura 12 - Diário da Tarde de 17 de novembro de 1954.



Diário da Tarde. Florianópolis: Biblioteca Pública de Santa Catarina, 17 de nov de 1954

O resultado final da apuração de 1954, vale ser contrastado com o resultado da eleição presidencial de 1950, que deu vitória a Getúlio Vargas no território. Getúlio recebeu em Santa Catarina 110.398 votos, sendo 8778 em Lages e 9307 em Florianópolis, onde foi vitorioso, e 4145 em Blumenau, onde perdeu para Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) por apenas 59

votos⁴⁸. Tal comparação nos faz refletir a respeito da formação de um certo grau de verticalização entre a votação do presidencialível do PTB em 1950 e os candidatos ao senado da AST em 1954.

Ao divulgar os número do pleito de 1954, treze dias após a votação, o *Correio Lageano* comemorou o "triunfo consagrador da Aliança no Estado", considerando que fora uma resposta "ao governo de Irineu Bornhausen", tendo o povo "eleito os candidatos de sua preferência e não os indicados pela pressão fiscal" (*Correio Lageano*, 1954, p.1). Chamou nossa atenção o fato de que o PTB, ao qual o periódico de Lages era politicamente vinculado, apontava o governo de Irineu Bornhausen, apoiado pelo partido até a recomposição da AST em Santa Catarina, como responsável pela derrota udenista, sem menções à morte de Getúlio, que guiou as propagandas do partido durante todo o processo eleitoral. Ou seja, nestes primeiros momentos após o resultado, os órgãos aliancistas parecem-nos ter abandonado a iniciativa de nacionalizar o debate, algo que buscaram fazer, especialmente a partir da crise de agosto, para voltar o foco, novamente, às questões estaduais.

A nacionalização da propaganda eleitoral em Santa Catarina por meio dos periódicos ligados ao PSD e ao PTB, com a apropriação da memória de Getúlio Vargas e a comoção popular diante da sua morte, nos parece ter sido eficaz como estratégia de campanha eleitoral.

⁴⁸ Os resultados de 1950 por município foram encontrados no jornal O Estado, disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/estadof1950.html>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dedicarmo-nos a estudar o processo eleitoral de 1954 para o Senado, diante da ausência de trabalhos que se propunham a analisar especificamente esta eleição, tornou-se algo desafiador. Ao articularmos a historiografia, a ciência política e a pesquisa em jornais, conseguimos contribuir com a consolidação do campo da história política catarinense, bem como proporcionar um acréscimo aos estudos que analisam as eleições em Santa Catarina.

Os três jornais escolhidos como fonte, dos quais tivemos acesso à todas as suas edições de 1954, figuravam entre os principais jornais em Santa Catarina e atuavam como porta-vozes dos interesses desses grupos econômicos e familiares. Esses órgãos de imprensa, uma vez que eram propriedade de membros dessas famílias políticas, funcionavam de maneira integrada com os negócios públicos e privados das oligarquias.

A respeito da problemática definida, constatamos que não é uma tarefa fácil avaliar o impacto do apelo eleitoral conquistado em favor da Aliança Social Trabalhista devido à comoção popular gerada pelo suicídio de Getúlio Vargas. No entanto, é possível concluir que a morte do Presidente da República impactou altamente os rumos das campanhas e de suas propagandas políticas promovidas por meio dos periódicos. Ademais, se comparados os números eleitorais de 1954 obtidos pela Aliança Social Trabalhista com os votos recebidos por Getúlio Vargas em Santa Catarina no ano de 1950, percebemos a formação de um certo padrão, fazendo-nos considerar que a feroz tática de propaganda eleitoral adotada pelas candidaturas de Nereu Ramos e Saulo Ramos por meio dos seus jornais tenha contraído êxito em associar a figura de ambos com o eleitorado catarinense de Getúlio Vargas.

Outros fatores também devem ser levados em conta nesta análise, como apontou Sonia Laus (1985, p. 233). Entre eles: a insistência por parte da UDN nas candidaturas de seus já desgastados líderes, Aristiliano Ramos e Adolfo Konder, acomodando nas vagas majoritárias os distintos grupos que compunham o partido, apontando para dificuldade de renovação de quadros partidários.

Quanto à dificuldade da UDN em renovar os seus quadros e a insistência nas mesmas candidaturas, a derrota eleitoral em 1954 nos parece ter impactado em mudanças na orientação política do partido em Santa Catarina. Na eleição para governador realizada em 1955, o partido não lançou um candidato dos seus quadros. Os udenistas endossaram para o governo a candidatura do então deputado federal Jorge Lacerda, figura não oriunda do círculo íntimo da oligarquia Konder-Bornhausen, filiado ao Partido da Representação Popular (PRP)

e militante da antiga Ação Integralista Brasileira (AIB). O candidato venceu a eleição, derrotando a AST.

A eleição de 1954 representou, também, o último embate direto entre os primos Nereu e Aristiliano. Nereu Ramos faleceu em 1958, em desastre aéreo que vitimou também o então governador Jorge Lacerda (UDN) e o deputado federal Leoberto Leal (PSD)⁴⁹. Aristiliano, após a derrota na corrida para o Senado, perdeu cada vez mais espaço na UDN. Ao disputar a indicação para concorrer ao governo do Estado em 1955, recebeu apenas um 1 voto da convenção, enquanto a proposta de candidatura do deputado Jorge Lacerda, eleito pelo PRP, recebeu 107 votos dos convencionais (Laus, 1985, 257-260). Posteriormente, Aristiliano rompeu efetivamente com a UDN em função das disputas partidárias, passando a integrar o PSD, retornando à Câmara dos Deputados entre 1959-1962 (Piazza, 1994, p. 466).

Portanto, nos levou a concluir que por mais que a historiografia tradicional olhasse para as disputas políticas em Santa Catarina como algo estabelecido e delineado de cima para baixo, por decisões e movimentações nacionais, vimos que houve um peso muito maior em torno dos interesses regionais, sejam políticos, familiares ou financeiros. Desta forma, as lideranças oligárquicas, tanto nas disputas entre oligarquias distintas ou mesmo dentro das próprias oligarquias, eram guiadas por um grande grau de pragmatismo. As lideranças políticas se adaptavam e organizavam suas intervenções, buscando alinhamentos nacionais conforme fosse conveniente para o seu projeto de poder local.

O rompimento definitivo da oligarquia Ramos é um reflexo deste processo, tendo ocorrido devido ao conflito de interesses regionais relacionados ao controle do governo local dentro do bloco político formado após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder com a “Revolução de 1930”. Desde as primeiras divergências em 1932 até o rompimento final entre Nereu e Aristiliano em 1935, com Vargas optando pragmaticamente por não intervir nas disputas internas da família e com a participação de Aristiliano e outros antigos aliados do movimento de 1930 na fundação da UDN, principal instrumento partidário do antigetulismo. O rompimento interno de uma oligarquia/família, na história política catarinense, alimentava

⁴⁹ Sobre o contexto deste acidente, tratava-se de um voo comercial da companhia Cruzeiro do Sul, com partida de Florianópolis com destino ao Rio de Janeiro. Os pessedistas Nereu Ramos e Leoberto Leal ocupavam os cargos de senador e deputado federal, o que motivava a viagem à Capital Federal. Já o governador Jorge Lacerda, ex-AIB e PRP, agora filiado à UDN, viajava discretamente ao Rio de Janeiro para reunir-se com o líder do integralismo no Brasil, Plínio Salgado, com quem mantinha relação de fidelidade. O encontro buscava resolver um impasse: Plínio Salgado desejava ser candidato ao senado, naquele ano, em Santa Catarina com apoio da UDN local, que tinha como candidato o ex-governador Irineu Bornhausen. Ver em <https://www.nsctotal.com.br/noticias/acidente-que-matou-jorge-lacerda-e-nereu-ramos-mudou-rumo-da-politica-em-santa-catarina>

o jogo oligárquico gerando novas oligarquias ou a integração dos políticos divergentes a outras oligarquias.

Esta lógica mudou a partir de 1954. A crise de agosto e a traumática morte de Getúlio Vargas teve como consequência direta no sistema político em nível nacional a incorporação, efetivamente, do getulismo no sistema partidário, via consolidação da aliança entre PSD-PTB (D'Araújo, 1992, p.33). Esta coligação elegeu Juscelino Kubitschek (PSD) para presidente e de João Goulart (PTB), em 1955, e foi composta novamente em 1960, com a chapa formada por General Lott (PSD) e João Goulart (PTB). Em Santa Catarina, os reflexos desta verticalização da política de alianças após 1954 são nítidos, Seguindo a tendência nacional, o PTB catarinense, que até então representava o fiel da balança, se afasta definitivamente da UDN, e comendo a Aliança Social Trabalhista nas eleições seguintes para o governo do estado. Em 1955 a chapa apresentada foi Francisco Gallotti (PSD), tendo José de Miranda Ramos (PTB) como vice⁵⁰. Em 1960, a AST apresentou Celso Ramos (PSD) para governador e Doutel de Andrade (PTB) para vice⁵¹.

Independente do vaivém que direcionava as dinâmicas do jogo oligárquico em Santa Catarina, o peso popular da figura de Getúlio Vargas e a herança do trabalhismo impuseram-se como fator decisivo no desfecho da disputa eleitoral para o Senado em 1954 e nos pleitos seguintes. As lideranças oligárquicas que tiveram êxito em dirigir a seu favor o clamor popular diante do suicídio de Getúlio Vargas foram, justamente, os vitoriosos naquele processo eleitoral.

⁵⁰ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE). Resultado eleição de 1955. Florianópolis: TRE, 1955.

⁵¹ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE). Resultado eleição de 1960. Florianópolis: TRE, 1960.

REFERÊNCIAS

AURAS, Marli. A construção histórica do condomínio palaciano Ramos/Konder/Bornhausen. In: AURAS, Marli. **Poder Oligárquico Catarinense: da guerra aos "fanáticos" do contestado à "opção pelos pequenos"**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991. p. 93-159.

ARAUJO, Camilo Buss. **Marmiteiros, agitadores e subversivos: política e participação popular em Florianópolis, 1945-1964**. 2013. p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/921008>

ARAUJO, Camilo Buss. Nem tão “cristianizado” assim: apontamentos sobre as eleições de 1950 em Santa Catarina e a vitória de Getúlio Vargas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0207, jan./abr. 2020. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180312292020e0207>

Assembleia Legislativa de Santa Catarina. **Memória Política de Santa Catarina**. 2013. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/> Acesso em: 28 ago. 2023.

BARROS, J. D. História Política: o estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. **Educere et Educare**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. p. 147–162, 2009. DOI: 10.17648/educare.v4i7.1739. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1739>

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina, 1945-79**. 1988. 289 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/111881>. Acesso em: 10 mar. 2024

CARONE, Edgar. Oligarquias: definição e bibliografia. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 81–92, 1972. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/40254>

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>

D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. 206 p. (Série Fundamentos ; 90).

FERREIRA, Marieta Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1937?source=/ojs/index.php/reh/article/view/1937>

HACKENHAAR, Clayton. **O Estado Novo em Santa Catarina (1937-1945): política, trabalho e terra**. 2014. 236 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129665>.

HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. 376 p.

LAUS, Sônia Pereira. **A UDN em Santa Catarina: 1945-1960**. 1985. 336 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1985. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/112126>

LESSA, Renato. "Oligarquia." **Fundação Getúlio Vargas, Verbetes** (2009): 1-7. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/OLIGARQUIAS.pdf>

LENZI, Carlos Alberto. **Poder Político e Mudança Social: estudo sobre poder político oligárquico no município de Lages - sc**. 1977. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1977. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/74800>

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Relações políticas e as lógicas do poder das classes dirigentes** In: BRANCHER, Ana Lize, MACHADO, Vanderlei. **História de Santa Catarina na Primeira República (1889-1930)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2022.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Apropriações do Contestado: de assunto maldito a ícone identitário**. In: RODRIGUES, Rogério Rosa (Org.); MACHADO, Paulo Pinheiro (Org.); TOMPOROSKI, Alexandre Assis (Org.); VALENTINI, Delmir (Org.); ESPIG, Márcia Janete (Org.). **A Guerra Santa do Contestado Tintim por Tintim**. 1. ed. São Paulo: Letra e Voz, 2023. v. 1. 531p

MAY, Patrícia Zumblick Santos. **Redes político-empresariais de Santa Catarina: (1961-1970)**, Florianópolis, 1998. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) UFSC, Florianópolis, 1998.

MEIRINHO, Jali. **República e Oligarquias: subsídios para a história catarinense (1889-1930)**. Florianópolis: Insular, 1997. 216 p.

MORAES, Marcos Juvencio de. **As disputas pelo palácio governamental catarinense: as oligarquias, os autoritários e a instrumentalização do nacionalismo**. 2012. 196 f. Dissertação - Curso de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2434>

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da monarquia ao fim do estado novo**. São Paulo: Contexto, 2016. 176 p.

NSC. **Acidente que matou Jorge Lacerda e Nereu Ramos mudou o rumo da política em Santa Catarina**. Florianópolis, 13 jun. 2014. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/acidente-que-matou-jorge-lacerda-e-nereu-ramos-mudou-rumo-da-politica-em-santa-catarina> Acesso em: 15 jun. 2024

NUNES, Karla Leonora Dahse. **Santa Catarina no caminho da Revolução de Trinta:** memórias de combates (1929-1931). Florianópolis: Dioesc, 2012. 301 p

PIAZZA, Walter F. **Dicionário político catarinense.** 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC, 1994. p. 869.

RAUPP, Marcelo Coelho. **Pequenos Getúlios:** O PSD e as elites políticas catarinenses (1945-1970). 2010. 150p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em:
<https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000074/000074f6.pdf>

VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias:** uma revisão da "política do café com leite" - Ebook - 2.ed. - Belo Horizonte : Fino Traço, 2019.
2.

FONTES

O ESTADO, Florianópolis: Hemeroteca Digital Catarinense, 1 de janeiro de 1954. Versão digitalizada. Disponível em:
<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1954/EST195411793.pdf> Acesso em: 18 de maio de 2024.

O ESTADO, Florianópolis: Hemeroteca Digital Catarinense, 16 de fevereiro de 1954. Versão digitalizada. Disponível em:
<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1954/EST195411827.pdf> Acesso em: 19 de maio de 2024.

O ESTADO, Florianópolis: Hemeroteca Digital Catarinense, 4 de junho de 1954. Versão digitalizada. Disponível em:
<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1954/EST195411907.pdf> Acesso em: 19 de maio de 2024.

O ESTADO, Florianópolis: Hemeroteca Digital Catarinense, 18 de abril de 1954. Versão digitalizada. Disponível em:
<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1954/EST195411874.pdf> Acesso em: 19 de maio de 2024.

O ESTADO, Florianópolis: Hemeroteca Digital Catarinense, 25 de agosto de 1954. Versão digitalizada. Disponível em:
<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1954/EST195411973.pdf> Acesso: 20 de maio de 2024

O ESTADO, Florianópolis: Hemeroteca Digital Catarinense, 19 de setembro de 1954. Versão digitalizada. Disponível em:
<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1954/EST195411991.pdf> Acesso: 20 de maio de 2024

O ESTADO, Florianópolis: Hemeroteca Digital Catarinense, 3 de outubro de 1954. Versão digitalizada. Disponível em:

<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1954/EST195412003.pdf> Acesso: 20 de maio de 2024

O ESTADO, Florianópolis: Hemeroteca Digital Catarinense, 10 de outubro de 1954. Versão digitalizada. Disponível em:

<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1954/EST195412009.pdf> Acesso: 21 de maio de 2024

O ESTADO, Florianópolis: Hemeroteca Digital Catarinense, 15 de outubro de 1954. Versão digitalizada. Disponível em:

<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1954/EST195412013.pdf> Acesso: 21 de maio de 2024

O ESTADO, Florianópolis: Hemeroteca Digital Catarinense, 15 de outubro de 1954. Versão digitalizada. Disponível em:

<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1954/EST195412010.pdf> Acesso: 21 de maio de 2024

O ESTADO, Florianópolis: Hemeroteca Digital Catarinense, 15 de setembro de 1954. Versão digitalizada. Disponível em:

<http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1954/EST195411988A.pdf> Acesso: 20 de maio de 2024

CORREIO LAGEANO, Lages: Hemeroteca Digital Catarinense, 2 de janeiro de 1954. Versão digitalizada. Disponível em:

http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/correiolageano/1954/ED1_02_01_1954_ANO15.pdf Acesso em: 18 de maio de 2024.

CORREIO LAGEANO, Lages: Hemeroteca Digital Catarinense, 9 de janeiro de 1954. Versão digitalizada. Disponível em:

http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/correiolageano/1954/ED2_09_01_1954_ANO15.pdf Acesso em: 18 de maio de 2024.

CORREIO LAGEANO, Lages: Hemeroteca Digital Catarinense, 23 de janeiro de 1954. Versão digitalizada. Disponível em:

http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/correiolageano/1954/ED4_23_01_1954_ANO15.pdf Acesso em: 19 de maio de 2024.

CORREIO LAGEANO, Lages: Hemeroteca Digital Catarinense, 27 de fevereiro de 1954. Versão digitalizada. Disponível em:

http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/correiolageano/1954/ED9_27_02_1954_ANO15.pdf Acesso em: 19 de maio

CORREIO LAGEANO, Lages: Hemeroteca Digital Catarinense, 7 de março de 1954. Versão digitalizada. Disponível em:

http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/correiolageano/1954/ED10_07_03_1954_ANO15.pdf Acesso em: 19 de maio de 2024.

DIÁRIO DA TARDE, Florianópolis: Biblioteca Pública de Santa Catarina, 23 de janeiro de 1954.

CORREIO LAGEANO, Lages: Hemeroteca Digital Catarinense, 12 de junho de 1954. Versão digitalizada. Disponível em:

http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/correiolageano/1954/ED18_12_06_1954_ANO15.pdf

Acesso em: 19 de maio de 2024.

CORREIO LAGEANO, Lages: Hemeroteca Digital Catarinense, 28 de agosto de 1954. Versão digitalizada. Disponível em:

http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/correiolageano/1954/ED31_28_08_1954_ANO15.pdf

Acesso: 19 de maio de 2024

CORREIO LAGEANO, Lages: Hemeroteca Digital Catarinense, 30 de setembro de 1954. Versão digitalizada. Disponível em:

http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/correiolageano/1954/ED36_30_09_1954_ANO15.pdf

Acesso: 20 de maio de 2024

CORREIO LAGEANO, Lages: Hemeroteca Digital Catarinense, 16 de outubro de 1954. Versão digitalizada. Disponível em:

http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/correiolageano/1954/ED38_16_10_1954_ANO15.pdf

Acesso: 21 de maio de 2024

DIÁRIO DA TARDE, Florianópolis: Biblioteca Pública de Santa Catarina, 9 de fevereiro de 1954.

DIÁRIO DA TARDE, Florianópolis: Biblioteca Pública de Santa Catarina, 3 de junho de 1954.

DIÁRIO DA TARDE, Florianópolis: Biblioteca Pública de Santa Catarina, 24 de março de 1954.

DIÁRIO DA TARDE, Florianópolis: Biblioteca Pública de Santa Catarina, 1 de junho de 1954.

DIÁRIO DA TARDE, Florianópolis: Biblioteca Pública de Santa Catarina, 16 de junho de 1954.

DIÁRIO DA TARDE, Florianópolis: Biblioteca Pública de Santa Catarina, 2 de agosto de 1954.

DIÁRIO DA TARDE, Florianópolis: Biblioteca Pública de Santa Catarina, 18 de agosto de 1954.

DIÁRIO DA TARDE, Florianópolis: Biblioteca Pública de Santa Catarina, 28 de agosto de 1954.

DIÁRIO DA TARDE, Florianópolis: Biblioteca Pública de Santa Catarina, 30 de agosto de 1954.

DIÁRIO DA TARDE, Florianópolis: Biblioteca Pública de Santa Catarina, 9 de setembro de 1954.

DIÁRIO DA TARDE, Florianópolis: Biblioteca Pública de Santa Catarina, 11 de setembro de 1954.

DIÁRIO DA TARDE, Florianópolis: Biblioteca Pública de Santa Catarina, 9 de outubro de 1954.

DIÁRIO DA TARDE, Florianópolis: Biblioteca Pública de Santa Catarina, 17 de novembro de 1954.

RAMOS, Aderbal. Administração Estadual. Selço de Mattos. **Laboratório de História Oral**, Florianópolis, 131 p.1 a 25, outubro de 1979.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE). Resultado eleição de 1954. Florianópolis: TRE, 1954.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE). Resultado eleição de 1955. Florianópolis: TRE, 1955.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE). Resultado eleição de 1955. Florianópolis: TRE, 1960.

